

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.29, n.05-06, p.1-54, maio/junho 2007

SUMÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o
Desenvolvimento*

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA CIMBALISTA (*Pedagoga*)

LEONARDO MARCON WEBER

MÁRIO RICARDO MALLASSA

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

MARIA DIRCE MARÉS DE SOUZA

(*normalização bibliográfica*)

ANA BATISTA MARTINS

(*editoração eletrônica*)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento

Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta
publicação, desde que citada a fonte.**

Dólar: uma mercadoria barata <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	3
Biocombustíveis e investimento externo <i>Guilherme Amorim</i>	8
Economia paranaense: a recuperação do setor industrial <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	11
Estradas da Liberdade: inclusão e desenvolvimento <i>Agemir de Carvalho Dias</i> <i>Fernando Raphael Ferro de Lima</i>	13
OBNDDES e a matriz do crescimento <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	18
Finanças públicas e crescimento econômico <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	20
Efeitos do mínimo regional <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	22
Caná-de-açúcar: a salvação da lavoura ou do planeta? <i>Diócles Libardi e Nelson Ari Cardoso</i>	24
Tópicos da Conjuntura <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	27
Paraná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Leonardo Marcon Weber,</i> <i>Mário Ricardo Mallassa e Monique Lovera Pastro</i>	32
Economia Paranaense Indicadores Seleccionados	38

Dólar: uma mercadoria barata

Gilmar Mendes Lourenço*

O furo do piso psicológico de R\$ 2,00 para a cotação do dólar norte-americano, a menor desde 12 de fevereiro de 2001, ocorrido em 16 de maio de 2007, representa a radicalização de fortalezas e a sinalização de riscos ao funcionamento da economia brasileira.

De fato, observa-se o fenômeno de desvalorização do dólar em escala planetária desde o final de 2002, em face do excesso de oferta frente à demanda, resultado do exponencial crescimento do comércio e das correntes financeiras internacionais, do incremento da importância da China e das transações com euro, da inusitada persistência da valorização dos termos de intercâmbio das nações em desenvolvimento, do sensível recuo da aversão global ao risco e da sincronização entre os superávits em conta corrente das nações emergentes e os déficits fiscal e externo elevados e crescentes dos Estados Unidos (EUA).

Vale enfatizar que a economia norte-americana vem observando desaceleração do ritmo de crescimento desde o começo de 2006. Tanto é assim que o Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA experimentou incremento anualizado de 0,6% nos primeiros três meses de 2007, a pior performance desde o quarto trimestre de 2002, contra 5,6% no primeiro trimestre de 2006.

A melhoria das relações de troca, explicada pela subida da demanda e dos preços dos produtos primários, semi-elaborados, equipamentos industriais e de construção civil e pela queda ou estabilização das cotações dos demais manufaturados, provocou substancial incremento do poder de compra daquele elenco de nações nos mercados externos. A soja, por exemplo, vem registrando cotações 30,0% superiores à média da última década.

Especificamente, a ascensão dos termos de intercâmbio encontra raízes na impulsão da demanda pela introdução de mais de um milhão de chineses e indianos ao mercado de consumo e na tendência de modificação da matriz energética mundial com o uso do etanol.

No caso brasileiro, a marcha de deterioração do dólar teve início em meados de 2004 e possui outras peculiaridades. Dentre elas destacam-se a percepção dos agentes acerca da consolidação dos fundamentos financeiros da estabilidade monetária doméstica, da autonomia operacional do Banco Central (BC), da zeragem da dívida externa pública, da melhora da avaliação do País pelas agências internacionais de classificação de risco, da perenidade da fartura de

liquidez e de juros baixos no mundo (os menores dos últimos cinquenta anos) e do caráter inócua das intervenções do BC, buscando estancar a tendência de declínio do valor do dólar no mercado.

Só a título de ilustração, as aquisições de divisas estrangeiras pelo BC, entre janeiro e junho de 2007, suplantaram em larga escala os US\$ 34,0 bilhões comprados em todo o ano de 2006. Ao final de junho de 2007, o estoque de reservas internacionais do País superava os US\$ 145,0 bilhões, montante correspondente a um ano e meio de importações e próximo ao volume da dívida externa total, contra US\$ 50,0 bilhões em fins de 2004.

Adicionalmente, a Fitch Ratings e a Standard & Poor's promoveram um *upgrade* nos títulos brasileiros da dívida soberana de longo prazo, passando-os do nível BB para BB+, um degrau abaixo do *investment grade* (IG), indicativo de reduzido risco de calote, cuja obtenção estaria prevista para a segunda metade do atual mandato do presidente Lula, quando as reservas atingissem 20,0% do PIB (média dos emergentes detentores de IG). No *ranking* baseado em moeda local, a Standard já avalia o Brasil como grau de investimento (quadro 1).

QUADRO 1 - RATINGS SOBERANOS - PAÍSES SELECIONADOS - 2007

PAÍS	NÍVEL
Brasil	BBB
Austrália	AAA
Bolívia	B-
Bulgária	BBB+
Chile	AA
China	A
Colômbia	BBB+
Grécia	A
Índia	BBB-
Rússia	A-

FONTE: STANDARD & POOR'S

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

A S&P também elevou a posição de risco de oito bancos brasileiros. Enquanto o Itaú, Itaú BB e Bradesco obtiveram o grau de investimento, o Citibank, Santander, HSBC, Votorantin e Unibanco subiram de BB para BB+, sendo situados na faixa imediatamente abaixo do *investment grade*. Em igual sentido, a Japan Credit Rating (JCR) já classificou a dívida de longo prazo do país como IG.

Tais condições servem para perpetuar os enormes saldos comerciais (US\$ 150,0 bilhões em quatro anos) que, ao lado do maior poder de atração de investimentos diretos estrangeiros, do diferencial de juros (prêmios de risco) favorável ao ingresso de capitais especulativos no País e da financeirização do comércio externo (alimentada pela proliferação das operações de antecipação de contratos de câmbio e de financiamento das importações no mercado internacional), provocam expressivo aumento da disponibilidade de dólares nos balcões brasileiros e a conseqüente depreciação do preço do ativo referência internacional.

Apesar da redução do hiato entre os juros brasileiros e os norte-americanos de 15,0% ao ano para 7,0% a.a., no período de outubro de 2005 a maio de 2006, a entrada dos recursos voláteis foi reforçada a partir de fevereiro de 2006, com a isenção do Imposto de Renda para aplicações de capitais externos em fundos de renda fixa brasileiros. Lembre-se ainda que o real vem registrando valorização inclusive frente à cesta de moedas dos países com os quais o Brasil possui maior intercâmbio comercial, especialmente euro, peso argentino e iene japonês.

Pela ótica conservadora, o País estaria em plena fase de colheita dos frutos produzidos pelas modificações institucionais introduzidas nos tempos recentes

No *front* interno, a facção conservadora dos meios econômicos encarregou-se de formular suposições de que o País estaria em plena fase de colheita dos frutos produzidos pelas modificações institucionais introduzidas nos tempos recentes, como as leis de Responsabilidade Fiscal e de Falências, as privatizações e as reformas da previdência de 1995 e 2003.

O PIB brasileiro cresceu 4,3% no primeiro trimestre de 2007, contra igual período de 2006, desagregado em 3,9% para o valor adicionado e em 6,9% para os impostos. A performance foi impulsionada pelo setor de serviços (4,6%), liderado por intermediação financeira (9,2%), informação (7,3%) e comércio (6,0%), sendo a dinâmica industrial (3,0%) puxada pelas atividades de minério de ferro (7,9%).

Pela ótica da utilização final, observou-se incremento de 7,2% nos investimentos, de 6,0% no consumo das famílias, de 4,0% nos gastos públicos (4,0%), de 5,9% nas exportações e de 19,9% nas importações. A ampliação esteve atrelada à evolução da massa salarial, no caso dos dispêndios de consumo (pelo décimo quarto trimestre consecutivo) e à elevação da

produção e das compras externas de bens de capital, para os investimentos.

Mais que isso, naquela visão, o estágio atual de desempenho econômico superaria aquele vivido durante o Milagre Econômico, entre 1968 e 1973, ocasião em que o Brasil contabilizou as maiores taxas de expansão da sua história, acompanhadas de reduzidos índices de inflação e superávits no balanço de pagamentos.

A despeito do pronunciado grau de concentração de renda e de exclusão social, implícitos no que se convencionou chamar de "capitalismo selvagem" no lapso de tempo citado, não parece pertinente cotejar os aprimoramentos institucionais constatados nos anos 1990 e 2000 com o abrangente e articulado conjunto de providências contidas no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) – formulado pelos ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, ocupantes, respectivamente, das pastas do Planejamento e da Fazenda do governo Castelo Branco – e que constituiu o alicerce do Milagre.

Especificamente, o PAEG abarcou a reestruturação bancária de 1965, criando o sistema financeiro nacional, formado por BC, Conselho Monetário Nacional (CMN), bancos comerciais, bancos de investimento e financeiras. Em 1964, foi instituída a correção monetária, baseada na variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), com o intuito de, ao mesmo tempo, permitir a convivência dos agentes econômicos com taxas de inflação moderadas e o financiamento indexado dos desequilíbrios das finanças públicas.

Foi realizada também a reforma tributária (PI e IR, de âmbito federal, e ICM estadual) e foram criados os fundos parafiscais (FGTS, PIS e PASEP) e o sistema financeiro de habitação, tendo como braço financeiro o Banco Nacional de Habitação (BNH), coberto por recursos do FGTS, das cadernetas de poupança e das letras imobiliárias.

Em paralelo, esse tipo de triunfalismo foi sublinhado em manifestação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, assumindo a implantação de um ciclo virtuoso no País que "vive uma combinação inédita de indicadores positivos, como não se viu nem em momentos de grande otimismo, como o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek ou o período do milagre econômico, entre as décadas de 1960 e 1970".¹

Os reflexos positivos do processo de depreciação do dólar atingem três categorias de agentes. Em primeiro plano, emergem os consumidores, beneficiados pela impulsão do poder de compra, derivada da queda da inflação associada ao dólar barato, pelo acesso à compra de produtos importados a preços menores, e pela redução dos custos do turismo externo. Trata-se de um panorama altamente propício à comercialização de bens de consumo não-duráveis, semiduráveis e duráveis, com ênfase para alimentos, roupas, bebidas e, principalmente, produtos eletrônicos como televisores, computadores e aparelhos celulares.

A segunda classe favorecida abarca os devedores em moeda estrangeira e os importadores em geral, particularmente os de máquinas e equipamentos dirigidos à

modernização das linhas de produção industriais. Já o terceiro grupo reúne os exportadores detentores de vantagens competitivas, em produtividade e preços internacionais, e de pronunciado volume de compras externas de bens de produção.

A propósito dessas duas categorias, é interessante observar que a válvula de escape das importações mais baratas pode não compensar a redução das margens de lucro das empresas pertencentes aos encadeamentos com precificação internacional. Em idêntica linha, o barateamento das compras externas e a substituição de fornecedores nacionais por estrangeiros (conduta preferida pelas transnacionais, cujas subsidiárias concorrem em custos), podem quebrar segmentos internos e não garantir a obtenção dos ganhos decorrentes de transferência tecnológica e de inovações, dependentes das escolhas estratégicas das cadeias de suprimentos globais, normalmente arreadas ao câmbio baixo.

Em contrapartida, e na linha da legítima avaliação de que os custos da apreciação real podem suplantar seus benefícios, aparecem os ramos afetados negativamente, alojados nas atividades desprovidas daquelas vantagens nos mercados mundiais, e intensivas em mão-de-obra, como calçados, têxteis, madeira, móveis e louças sanitárias, atingidos em cheio pela concorrência dos importados, e nos empreendimentos dedicados à ampliação da capacidade de exportação e/ou de substituição de produção importada por nacional.

Observe-se que, depois de liderar por alguns anos a evolução da produção industrial brasileira, o Amazonas foi praticamente o único estado brasileiro a apresentar desempenho negativo no indicador dos últimos doze meses encerrados em maio de 2007, em razão do drástico decréscimo da fabricação de televisores e telefones celulares na Zona Franca de Manaus. Mesmo sendo agraciado com vultosos incentivos fiscais na realização de importações de peças, partes e componentes, essa região vem perdendo espaço competitivo para os produtos fabricados no exterior.

A compressão de rentabilidade provocada pela perda de mercados externos, atrelada ao encarecimento das exportações em dólares, pela conversão das receitas provenientes das vendas externas em menores cifras de moeda nacional, e pelo acréscimo dos custos de mão-de-obra em moeda estrangeira, derivado da sobrevalorização do real, fragiliza sobremaneira o poder de competição desses segmentos nos diferentes mercados de destino da produção, inclusive no doméstico.

O efeito multiplicador para frente e para trás ocasionado pela queda de renda experimentada por essa fração do aparelho industrial poderá precipitar um círculo vicioso constituído pela concatenação entre declínio dos saldos comerciais, ampliação do desemprego e retração da massa de salários, anulando a "farra de consumo" vinculada ao câmbio.

Os agentes sociais viveram e/ou presenciaram situação semelhante na América Latina, e particularmente no Brasil no intervalo de tempo compreendido entre 1994 e 1998, marcada por decréscimo das margens de lucro e do investimento agregado.

Além disso, a persistência da conjugação dólar fraco e real forte tende a encarecer o preço da inversão produtiva no Brasil, incitando o fenômeno de vazamento de produção. Em outros termos, filiais de companhias estrangeiras operantes no País e mesmo empresas nacionais vêm alocando seus excedentes financeiros em projetos no exterior, de maneira a driblar as agruras do câmbio deprimido e de outros componentes do custo Brasil, especificamente juros, infra-estrutura, tributos, encargos trabalhistas, burocracia, ausência de acordos comerciais expressivos (representando barreiras à entrada em grandes mercados) etc., mantidos na contramão das nações de maior dinamismo. Com isso, acentua-se o curso de internacionalização produtiva das companhias em atividades de comércio e distribuição.

A persistência da conjugação dólar fraco e real forte tende a encarecer o preço da inversão produtiva no Brasil, incitando o fenômeno de vazamento de produção

Com respeito ao componente infra-estrutura, estudo recente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)² identificou taxa de investimento de 16,4% do PIB brasileiro entre 2000 e 2003, contra média de 20,1% dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa diferença é justificada pela insuficiência de inversões na construção civil, particularmente em habitação (escassez e elevado custo do crédito) e infra-estrutura (limitações fiscais e regulatórias).

Em marcha análoga, o câmbio valorizado vem sendo responsável por outras modificações nas estratégias das multinacionais que atuam no Brasil. A General Motors deve ampliar as importações de veículos e matérias-primas para o mercado doméstico e elevar a produção na unidade da Argentina. Já a companhia Continental, a segunda maior fabricante europeia de pneus, decidiu postergar o projeto de expansão de capacidade de suas plantas no Brasil (que exportam 70,0% da produção para a América do Norte) em benefício das fábricas localizadas na Europa Oriental.

Nesse contexto, as providências adotadas pelo Ministério da Fazenda para compensar os prejuízos microeconômicos ocasionados pela trajetória de queda do dólar revelam, ainda que tardiamente, o reconhecimento oficial de que a apreciação do real tornou-se uma pedra no caminho da reativação da economia brasileira. No entanto, o elenco de medidas anunciado representa alívio financeiro temporário e revela eficácia duvidosa na restauração do poder de competição dos ramos agraciados frente aos concorrentes estrangeiros, sobretudo os fabricantes chineses.

É fácil perceber, no pacote de junho de 2007, o desprezo pela necessidade de eliminação, e/ou ao menos atenuação, dos constrangimentos inerentes à matriz de custos correntes das empresas, particularmente o peso do componente tributário da folha de pessoal, e o ataque indireto ao problema, por meio de ações pontuais de financiamento e de renúncia de receitas públicas.

Inicialmente foram elevadas as alíquotas do imposto de importação de itens de bens de consumo não-duráveis (de 20,0% para 35,0% para calçados e confecções), na contramão da marcha de consolidação da abertura comercial implantada nos anos 1990, e que ainda requer a chancela do Mercosul por superar a Tarifa Externa Comum (TEC). Isso é particularmente complicado para um país cuja corrente de comércio e importações representam cerca de 20,0% e 9,0% do PIB, respectivamente, contra 50,0% e 30,0% da média dos emergentes.

Logo depois, o executivo instituiu incentivos tributários para os ramos empregadores de grandes contingentes de força de trabalho, além do eletroeletrônico e automotivo, e lançou linhas de crédito especiais. Convém lembrar aqui que o segmento automotivo desfruta da maior proteção tarifária do País (35,0%), e a indústria eletroeletrônica, concentrada na Zona Franca de Manaus, escapa do pagamento da maior parcela de impostos usualmente registrados pelas companhias operantes no resto do País.

Na parte tributária, houve a permissão de utilização imediata dos créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes na aquisição de bens de capital para as empresas dos ramos têxtil, calçados, moveleiro, eletroeletrônico e automotivo, sendo o prazo anterior de apropriação de 24 meses.

Incluiu-se ainda a ampliação dos benefícios do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), materializada na redução do piso de 80,0% para 60,0% da quantidade produzida destinada ao mercado externo, para a obtenção de isenção de recolhimento de PIS e Cofins na compra de bens de produção pelas empresas dos segmentos incentivados. Por fim, optou-se por inibir a concorrência desleal (subfaturamento) das importações de vestuário e acessórios, através da promoção de alteração na tributação, que passou a ser calculada com base no volume e não no valor de aquisição.

Como estímulos financeiros, o governo designou três tipos de financiamento (para capital de giro, investimentos e pré-embarque para exportações), no valor total de R\$ 3,0 bilhões (com subsídios ou equalização de 1,0 bilhão pelo Tesouro Nacional), disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (programa Revitaliza, sendo R\$ 2,0 bilhões oriundos da agência oficial e R\$ 1,0 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT), com taxas de juros efetivas que variam entre 5,6% e 6,8% ao ano, para as firmas com receita bruta anual inferior a R\$ 300,0 milhões, pertencentes às áreas de calçados, artefatos de couro, produtos têxteis, confecções e móveis. O prazo para pagamento dos empréstimos será de oito anos, com carência de três anos, para as operações de investimento, e de 36 meses, com carência de 18 meses, para as demais linhas.

Nas circunstâncias atuais, a orientação macroeconômica vem produzindo uma profunda desestruturação dos preços relativos, abrindo flancos, de um lado, para a multiplicação dos lucros financeiros, da arrecadação tributária, de parcela dos salários dos trabalhadores e das importações e, de outro, para o encolhimento potencial do lucro das organizações produtivas.

No fundo, a recuperação da taxa de câmbio no Brasil exigiria a adoção de medidas arrojadas na direção da devolução dos requisitos de competitividade sistêmica do País, tendo como ingredientes-chave a aceleração da redução dos juros, a simplificação e diminuição da carga tributária e o controle dos fluxos de capitais, mediante a instituição de barreiras ao ingresso de recursos voláteis, a ampliação do limite legal da massa de recursos das exportações mantidas no exterior (atualmente em 30,0%) e a instituição de um fundo de investimentos em papéis de empresas privadas no exterior.

Essas últimas proposições contribuiriam para o recuo das despesas com a acumulação de reservas internacionais – coberta com o lançamento de papéis da dívida interna para a esterilização da liquidez derivada em padrão monetário nacional –, e facilitaria as atuações do BC no mercado de câmbio.

No tocante à carga tributária, é importante atentar para o fato de ser considerada o principal empecilho à concretização de novos investimentos pelo setor produtivo. Segundo a Sondagem Conjuntural efetuada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), 34,0% das empresas industriais brasileiras pretendem aplicar recursos em ampliação e modernização de unidades fabris e importação de bens de capital no segundo semestre de 2007. Porém, as entidades relacionam como fontes de restrição à confirmação da disposição à inversão os impostos (49,0%), as apreensões quanto ao comportamento da demanda (34,0%) e o preço do crédito (18,0%).

Ainda no que se refere aos tributos, levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) apurou que o brasileiro trabalha atualmente 146 dias por ano para fazer face ao pagamento de impostos, contra cerca de 100 dias nos anos 1990 e média de 77 dias nos decênios de 1970 e 1980. O esforço para honrar compromissos tributários é de 102 dias nos EUA, 97 na Argentina e 92 no Chile.

Há que atentar também para a premência de implementação de uma política industrial, resultante de um arranjo negociado entre os agentes econômicos para a definição dos níveis de proteção e de exposição dos diferentes segmentos produtivos.

Levantamento preparado pelo Banco Itaú constata que o sistema econômico brasileiro é o mais fechado no interior do grupo de nações com população superior a 100 milhões de habitantes (tabela 1).

TABELA 1 - COEFICIENTE DE IMPORTAÇÃO - PAÍSES COM MAIS DE 100 MILHÕES DE HABITANTES - 2007

PAÍSES	COEFICIENTE DE IMPORTAÇÃO= IMPORTAÇÃO/PIB*100
México	28,9
China	28,7
Indonésia	23,4
Bangladesh	21,5
Paquistão	19,5
Rússia	18,2
Índia	17,5
Nigéria	17,4
Estados Unidos	13,4
União Européia	10,9
Japão	10,2
Brasil	9,2

FONTE: BANCO ITAÚ, citado em BRASIL precisa abrir a economia, diz Werlang. **Folha de S. Paulo**, 17 maio 2007, Dinheiro, p.B2

Na frente exportadora, apesar da diversificação da pauta e dos pontos de destino, segundo dados da OMC, o Brasil ocupa o 24.º posto no mundo, respondendo por 1,1% das vendas externas do planeta em 2006, bastante aquém dos emergentes Coréia do Sul (11.º), Rússia (13.º) e México (15.º).

Nessa perspectiva, seria oportuna a perseguição de uma sintonia fina entre o mapa de oportunidades desenhado pela iniciativa privada, a partir de vantagens competitivas naturais e/ou preparadas, a defesa dos segmentos prejudicados pelo movimento do câmbio, o aprimoramento dos mecanismos de financiamento e o incentivo à inovação e às inversões públicas em capital social básico, analogamente ao procedido pelas nações responsáveis presentemente pelo *boom* das *commodities* brasileiras.

Contudo, o equacionamento do problema via deflagração de um surto de abertura às importações (mesmo de fatores de produção como insumos e tecnologia) não parece pertinente, pois esbarraria nos princípios da União Aduaneira do Mercosul, nas negociações na Rodada Doha da Organização Mundial

do Comércio (OMC), em deficiências logísticas e alfandegárias e na dependência de serviços não comercializados internacionalmente, com oferta pouco elástica.

Igualmente discutível seria a imposição de taxas especiais sobre as exportações, de maneira semelhante ao tratamento dispensado por países como Noruega e Chile. A idéia foi levantada pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, e poderia ser expressa em uma atuação estatal corretiva, mediante a instituição de um gravame variável, marginal e transitório visando equacionar uma distorção de mercado (dólar abaixo de R\$ 2,00), com cotação de manutenção e destinação dos haveres levantados em fundo no exterior.

Convém recordar que, para aquelas nações, uma única *commodity* (petróleo e gás e cobre, respectivamente), explorada por companhia estatal, responde por quase 60,0% do valor exportado, enquanto no Brasil um grupo razoável de produtos primários, fabricados em maior proporção por unidades privadas, e semi-elaborados representa menos de 40,0% do valor das vendas internacionais.

Notas

¹ OTTA, Lu Aiko. *O impasse do câmbio: cenários de contrastes*. **O Estado de S. Paulo**, 20 maio 2007. *Economia*, p.B9.

² A NOVA realidade do investimento no Brasil. **Visão do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: BNDES, n. 30, p. 1-8, 04 jun. 2007.

Biocombustíveis e investimento externo

*Guilherme Amorim**

O termo “ouro verde”, cunhado durante a pujança do ciclo do café, pode passar a ser aplicado – sem prejuízo à História ou à Ciência Econômica – aos combustíveis produzidos, em alguma medida, com insumos vegetais (etanol e biodiesel, particularmente). A tendência de substituição da demanda por combustíveis fósseis nos maiores mercados consumidores por opções menos poluentes, produzidas a partir de fontes renováveis, negociadas em um mercado não-cartelizado e originárias de regiões política e militarmente estáveis, provocou uma movimentação de capitais internacionais que lembra uma corrida do ouro. O Brasil é, por ora, ícone dessa busca por diversificação energética, graças à combinação de terras disponíveis, tecnologia de produção estabelecida, ampla rede de distribuição e consumo crescente. É previsível, portanto, que os investidores dos Estados Unidos e Europa busquem oportunidades lucrativas na cadeia produtiva brasileira de biocombustíveis. Entretanto, a avidez e rapidez com que agem ainda podem surpreender.

Esses investidores, em sua maioria fundos de investimento e fundos de pensão, assumem que a demanda projetada por biocombustíveis não conseguirá ser suprida por produtores locais, independentemente do volume de subsídios que EUA e União Européia (UE) aloquem na agricultura, a despeito de acordos firmados na Organização Mundial do Comércio (OMC). A ausência de terras agricultáveis para sustentar uma substituição dessa escala é o argumento mais freqüentemente utilizado na defesa dessa premissa. Os fundos de pensão, por vocação conservadores, têm feito aportes através da Bovespa e, eventualmente, em ativos físicos. Nesse último caso, destaca-se a atuação do fundo de pensão dos funcionários públicos da Califórnia, Calpers. Visando retornos de médio prazo, investiu na compra de terras. Adquiriu quase 23.000 hectares, a maior parte deles na Região Sul do Brasil. O clima limita a cultura de cana-de-açúcar na região à porção norte do Paraná, mas a valorização de outros grãos – milho e soja em especial – tem provocado elevação dos preços de terras agricultáveis, após um período de desvalorização que durou até 2006.

Os fundos de investimento estão sediados, predominantemente, nos EUA ou na Europa ocidental, embora a origem do capital que representem seja mais diversa. Eles têm operado através da compra de usinas em operação, da compra de terras, do financiamento a

usinas nacionais que visam expandir suas atividades, e da construção de novas usinas. O último caso, normalmente associado a projetos de produção de biodiesel, tem revelado um pouco usual perfil midiático desses fundos. A divulgação da implantação dessas usinas tem tido um viés espalhafatoso, incomum em grupos que tradicionalmente prezam a discricção. Os números anunciados quando da divulgação pública dos projetos beiram a inverossimilhança, mesmo quando ganham tons repetitivos, com metas de produção e aportes de capital similares.

O otimismo em torno desses investimentos ganhou contornos de euforia após a divulgação das metas européias e norte-americanas para o setor. Todos os combustíveis usados para transporte nos países da UE terão de ser compostos por 5,75% de biocombustíveis até 2010 e por 10% de biocombustíveis até 2020. Essa mudança força, em tese, a queda das tarifas para importação de etanol. O bloco, entretanto, sinaliza na direção contrária ao propor um sistema de certificação ambiental à produção de biocombustíveis.

Bruxelas tende a oferecer mais subsídios e maiores abatimentos fiscais aos produtores que emitirem menos CO₂ na produção de etanol. Os negociadores brasileiros argumentam que menos de 0,4% do território nacional é ocupado por plantações de cana e que o transporte representa 21% da emissão de gases de efeito estufa no bloco europeu. Caso a certificação seja adotada pela UE, o Brasil defende que sua aplicação também recaia sobre combustíveis fósseis, evitando que biocombustíveis tenham desvantagem competitiva. O mecanismo deveria respeitar as regras da OMC, sem funcionar como instrumento de discriminação entre produtores domésticos e estrangeiros. É provável que a UE estipule, também, critérios trabalhistas a serem respeitados pelos interessados em exportar para o bloco. Nesse caso, os negociadores brasileiros terão dificuldade em qualificar tal iniciativa como meramente protecionista, uma vez que o grande fluxo de investimentos na cultura da cana-de-açúcar mostra-se incapaz de melhorar significativamente as condições de trabalho do setor, para o que contribui uma fiscalização ineficiente.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Para que a meta seja cumprida com a manutenção das atuais barreiras – tributárias e normativas –, a UE depende da evolução na tecnologia de conversão de biomassa. A escassez de áreas agricultáveis e o atual nível de eficiência dos combustíveis à base de canola, trigo e beterraba sugerem que a abertura comercial seja necessária para que as metas de 2010 e 2020 sejam alcançadas. Atualmente, a UE cobra tarifa de importação de 19 centavos de euro por litro. As projeções de crescimento da demanda e a necessidade de garantir fornecimento estável ao bloco, com a menor volatilidade possível de preços, reforçam, ainda, a posição brasileira nas negociações de um tratado comercial entre Mercosul e UE, independentemente do resultado da Rodada Doha.

A meta dos EUA é elevar o consumo de biocombustíveis dos atuais 17,8 bilhões de litros para 132 bilhões de litros até 2012. O etanol responderia por 90% desse volume. Até o final de 2008 continuarão em vigor as tarifas de US\$ 0,54 por galão e de 2,5% *ad valorem* cobradas do etanol brasileiro. Nos últimos dois anos, os EUA acumularam mais de US\$ 270 milhões com sua cobrança. O preço do petróleo, do etanol e do milho, a pressão dos agricultores, o comportamento dos consumidores norte-americanos e, conseqüentemente, da indústria de transportes, serão fatores preponderantes para o destino da legislação protecionista.

A safra 2007/ 2008, com uma produção estimada em 25 bilhões de litros de etanol (tabela 1), levarão os EUA a importar do Brasil metade do que importou em 2006, cerca de 1,7 bilhão de litros.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE ÁLCOOL - BRASIL E EUA - 1992/1993 - 2007/2008

PERÍODO	PRODUÇÃO DE ÁLCOOL (bilhões de litros)	
	Brasil	EUA
1992/1993	11,6	4,1
1993/1994	11,2	4,4
1994/1995	12,6	4,8
1995/1996	12,5	5,1
1996/1997	14,3	3,7
1997/1998	15,3	4,9
1998/1999	13,8	5,3
1999/2000	13,0	5,6
2000/2001	10,5	6,2
2001/2002	11,5	6,7
2002/2003	12,6	8,1
2003/2004	14,8	10,6
2004/2005	15,4	12,9
2005/2006	15,9	14,8
2006/2007	17,5	20,0
2007/2008 ⁽¹⁾	20,0	25,0

FONTES: Ministério da Agricultura, USDA

(1) Estimativa.

O Fundo Monetário Internacional, diante da expectativa de demanda futura por biocombustíveis e da atual elevação do preço dos grãos, recomenda a

redução drástica das tarifas européias e norte-americanas, a fim de mitigar pressões inflacionárias.

A profusão de projetos brasileiros de biocombustíveis sugere que investimentos dessa natureza tornaram-se artigos desejáveis, quando não indispensáveis, na carteira da maioria dos grandes fundos de investimento, mesmo quando essa presença tenha uma função publicitária, ante a discutível confiabilidade das projeções de retorno. O interesse que esses projetos desperta nos clientes, reais ou potenciais, torna-os peças-chave na disputa entre fundos. Os ativos brasileiros ligados à cadeia produtiva de biocombustíveis tornam os portfólios mais atraentes, por seguirem uma tendência facilmente reconhecida pelo investidor médio e por servirem de contraponto à volatilidade dos derivativos, especialidade dos fundos. A atuação dos fundos de investimento se complementa com suas apostas no mercado de *commodities* agrícolas. A abundância de projetos de produção de biocombustíveis inflaciona cotações futuras e permite que eles multipliquem seus ganhos. Um dos reflexos positivos associados a esse fenômeno pode ser visto no setor de produção de bens de capital agrícolas: crescimento de 19% no primeiro quadrimestre de 2007 em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE.

É do interesse dos fundos que o etanol se torne, também, uma *commodity* facilmente negociável. Essa evolução do mercado depende do alongamento dos prazos dos contratos de fornecimento, o que tende a ocorrer com o crescimento do consumo, e da padronização do produto, condicionada a um acordo internacional ainda pendente. Os fundos internacionais aproveitaram um momento em que seus concorrentes no Brasil se organizavam – na maioria dos casos preferindo aquisições à construção de novas plantas – e poucas usinas tinham acesso a financiamento externo.

A consolidação do setor, com o financiamento dos tradicionais conglomerados usineiros através de abertura de capital e com a entrada de grandes grupos de outros setores (Petrobras, Vale do Rio Doce, Odebrecht) na produção de biocombustíveis, deverá levar os fundos a abandonar a administração direta das usinas em troca de participação societária. A vocação dos fundos não é a gerência cotidiana de processos produtivos, mas a negociação de títulos que componham a melhor relação entre rentabilidade e risco, de acordo com o perfil de seus clientes.

Dentre os novos entrantes na produção de biocombustíveis, aquele com maior capacidade de causar impactos é a Petrobras. A estratégia de atuação da empresa no mercado de biocombustíveis ainda não é clara e, portanto, é sujeita a toda sorte de especulação. A gama de pesquisas que realiza há muitos anos e o potencial de tornar-se maior produtor nacional de qualquer combustível que decida desenvolver fazem de qualquer investimento da Petrobras parâmetro ao qual o mercado precisa se adaptar. No final de 2006, desenvolveu projeto considerado bem-sucedido com a Cooperbio (Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil),

sediada no Rio Grande do Sul. Foram instaladas dez microdestilarias de álcool, incorporando agricultores familiares no processo. Planeja concluir este ano a instalação de três usinas de biodiesel – na Bahia, em Minas Gerais e Ceará –, cada uma delas com capacidade para 57 milhões de litros de combustíveis por ano, com investimentos de R\$ 227 milhões. Dentre seus planos de implantação de usinas biodiesel na América Latina, o mais avançado tem base em Santa Cruz de la Sierra. A Petrobras já fornece a mistura de 2% de biodiesel em quatro mil postos do País, apesar da obrigatoriedade de utilização da mistura só começar em 2008. A lei que eleva a relação para 5% de biodiesel na composição a partir de 2013 pode ter sua vigência antecipada, dependendo de testes em curso.

Além da elevação da participação no mercado interno de biocombustíveis, a multinacional brasileira fechou contratos de fornecimento de etanol para o mercado japonês, com prazo mínimo de quinze anos. A demanda japonesa será atendida com a construção de cinco usinas, nas quais a Petrobras e a *trading* Mitsui, sua parceira, não terão participação societária superior a 30%. Esses projetos permitem que fundos e grupos tradicionais se reposicionem no mercado e tracem estratégias de longo prazo para produção e exportação.

O sucesso da exportação de biocombustíveis depende da regulamentação do desenvolvimento de biotecnologia agrícola e de investimentos em defesa

sanitária e, principalmente, em infra-estrutura. Nesse sentido, os projetos da Transpetro – braço da Petrobras voltado a transportes e logística – no setor de biocombustíveis parecem animadores, especialmente a construção de alcoodutos e aparelhamento de portos.

A escala de utilização do etanol e do biodiesel está condicionada ao preço e disponibilidade de substitutos eficientes, ambientalmente corretos e que disponham de canais de distribuição adequados. É provável que petróleo, biocombustíveis e hidrogênio compoñham, concomitantemente, a oferta de combustíveis para transporte em um futuro próximo. As principais montadoras do mundo já desenvolveram protótipos movidos a hidrogênio.

A tendência mundial de diversificação de fontes energéticas e menor dependência de combustíveis fósseis leva a crer que o Brasil continue a receber investimentos externos. Além de possuir demanda interna em nítida expansão, a disponibilidade de terras agricultáveis, o desenvolvimento de fontes alternativas de matéria-prima (pinhão manso e algodão, por exemplo) e o volume de pesquisas que visam aumentar a eficiência das fontes estabelecidas compõem um quadro atrativo para novos investidores. A geração de energia elétrica através do aproveitamento do bagaço da cana-de-açúcar tem potencial de crescimento, dependendo dos investimentos em linhas de transmissão. Essa fonte de renda reduziria a oscilação na rentabilidade das usinas e o risco do capital.

Economia paranaense: a recuperação do setor industrial

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Os últimos indicadores conjunturais não deixam dúvida quanto à retomada da atividade manufatureira no Paraná. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção física da indústria estadual cresceu 13,2% em abril, na comparação com o mesmo período do ano passado, dando continuidade à série de resultados mensais positivos, iniciada em outubro de 2006.

No acumulado dos últimos doze meses (maio de 2006 a abril de 2007), a produção industrial paranaense contabilizou incremento de 3,1%, em relação aos doze meses imediatamente anteriores, acima das variações registradas nos períodos encerrados em fevereiro (0,3%) e março (1,5%) do presente exercício. Para evidenciar ainda mais a recuperação do nível de atividade, o volume físico produzido chegou a declinar -4,3% nos doze meses finalizados em julho de 2006, passando a apresentar desde então trajetória ascendente (gráfico 1).

Já no acumulado do ano, foi anotado aumento da ordem de 9,3%, o melhor resultado entre as treze unidades da federação pesquisadas, superando por larga margem a média nacional de 4,3%. Entre os segmentos que determinaram o crescimento do *quantum* industrial, sobressaem os ramos de edição e impressão, veículos automotores e alimentos, que registraram variações de, respectivamente, 36,0%, 13,4% e 9,7% na produção no período janeiro-abril de 2007 (tabela 1).

No caso do segmento de edição e impressão, responsável pela maior contribuição positiva na taxa da indústria geral, pode-se imputar o notável desempenho principalmente à expansão da produção de materiais didáticos. Convém lembrar, entretanto, que o setor apresentou performance bastante fraca em idêntico período do ano anterior (queda de -14,7% no acumulado de janeiro a abril de 2006), o que depreciou a base de comparação, embora não haja dúvida quanto ao atual momento virtuoso.

Da mesma maneira, a indústria automotiva do Estado vem exibindo bons resultados, após um prolongado intervalo de decréscimo dos volumes produzidos. Segundo estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram fabricados 2,9 mil caminhões no Paraná no primeiro quadrimestre de 2007, suplantando

em 12,9% o número referente a igual período de 2006. Em relação aos automóveis, observa-se significativo incremento produtivo por conta principalmente da aceleração das vendas internas, como reflexo da queda da taxa de juros, não se constatando, pelo menos por enquanto, retração das exportações, como vem ocorrendo em nível nacional.

Passando ao segmento alimentício, é inquestionável a influência do aumento da produção agropecuária no expressivo desempenho industrial, com destaque para os ramos dedicados à produção de carne de aves, açúcar e óleo de soja. De acordo com o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado do Paraná (Sindicarne), os frigoríficos instalados no Estado abateram 360,8 milhões de aves nos quatro primeiros meses deste ano, considerando apenas as operações com inspeção federal, ante uma marca de 336,0 milhões de cabeças relativa ao período janeiro-abril de 2006.

Ademais, cabe mencionar os consideráveis resultados das indústrias de produtos químicos, minerais não-metálicos, mobiliário, máquinas e equipamentos e material elétrico, cujos níveis de produção avançaram, respectivamente, 32,3%, 21,9%, 16,0%, 12,9% e 12,4% no intervalo em análise, em função da recuperação da renda do setor primário, do crescimento da construção civil e da expansão do crédito, entre outros fatores.

Em contrapartida, algumas atividades vêm apresentando tendência declinante do *quantum* industrial, como é o caso do ramo madeireiro. Como se sabe, a produção estadual de madeira vem sendo profundamente penalizada pela apreciação do câmbio, movimento cujos efeitos negativos são potencializados pelo alto coeficiente de exportação e pelo reduzido peso dos insumos importados na estrutura de custos do setor, redundando em queda de -18,1% das quantidades produzidas no período janeiro-abril de 2007. Conseqüen-

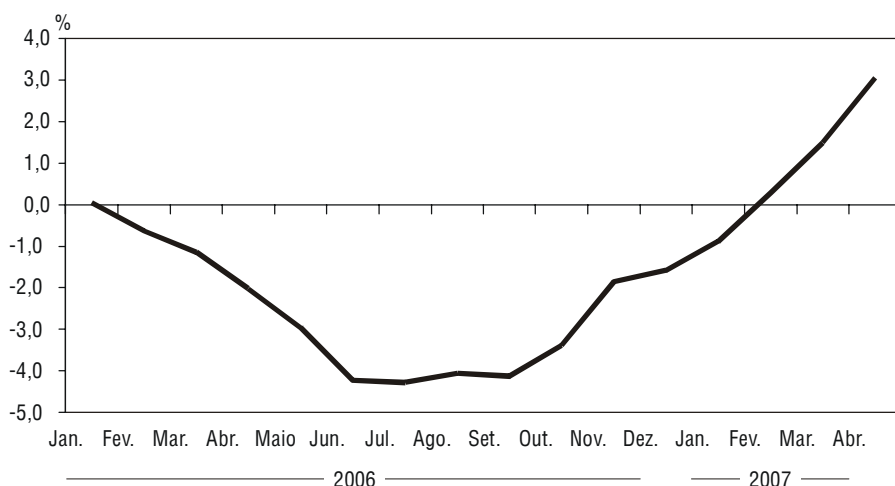
*Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

temente, o pessoal ocupado no segmento madeireiro declinou -13,5%, com queda de -8,7% no número de horas pagas, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes) do IBGE.

Nesse sentido, verifica-se que algumas atividades não cobertas pelo levantamento da produção física, em virtude de restrições metodológicas, vêm apresentando resultados preocupantes no que tange ao emprego,

sendo exemplos as indústrias têxtil e de vestuário, que registraram reduções de -6,4% e -4,2%, respectivamente, do pessoal ocupado assalariado no primeiro quadrimestre deste ano. Tais números podem ser atribuídos, em grande medida, às condições desiguais de concorrência instauradas pela sobrevalorização cambial, que vem afetando sobremaneira alguns ramos manufatureiros, em geral caracterizados pela alta intensidade de mão-de-obra.

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO ACUMULADO DE DOZE MESES - PARANÁ - JAN 2006 - ABR 2007



FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

TABELA 1 - PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - JAN-ABR 2007

ATIVIDADE ECONÔMICA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	
	Variação (%)	Composição da Taxa
Alimentos	9,7	2,1
Bebidas	-3,0	-0,1
Madeira	-18,1	-1,1
Celulose, papel e produtos de papel	0,1	0,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	36,0	2,4
Refino de petróleo e álcool	-2,6	-0,3
Outros produtos químicos	32,3	1,2
Borracha e plástico	5,1	0,2
Minerais não-metálicos	21,9	0,9
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	4,6	0,1
Máquinas e equipamentos	12,9	1,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12,4	0,3
Veículos automotores	13,4	2,1
Mobiliário	16,0	0,4
INDÚSTRIA GERAL	9,3	9,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Em relação ao mesmo período do ano anterior.

Estradas da Liberdade: inclusão e desenvolvimento

Agemir de Carvalho Dias* e Fernando Raphael Ferro de Lima**

Nos últimos anos o Paraná procurou se inserir como uma opção para a instalação de indústrias de alta tecnologia. Esse processo aproveitou a densidade e qualidade da infra-estrutura básica instalada no Estado, da qual dependem as atividades econômicas.

Para a continuidade do seu desenvolvimento é necessário o investimento em infra-estrutura, principalmente nos setores considerados estratégicos para garantir sua competitividade frente aos outros estados. A demanda por rodovias, ferrovias, energia e outros insumos vai se apurando com o passar do tempo, e o diferencial da localidade, que antes se dava pela presença de infra-estrutura, associa-se cada vez mais com sua sofisticação e qualidade, exigindo constantes investimentos.

Da abertura de caminhos, condição primária para o desenvolvimento de qualquer localidade, o aumento da complexidade da produção e o crescimento da atividade econômica passam a demandar rodovias asfaltadas, pistas duplas e traçados retificados, que garantem maior velocidade e segurança no transporte.

O desenvolvimento econômico paranaense acompanhou primeiramente os eixos de ocupação de novas fronteiras agrícolas, e a construção da infra-estrutura foi uma exigência da atividade econômica, que buscava novas terras para a lavoura. Atualmente, um novo processo de crescimento não ocorre sem a garantia de infra-estrutura como uma condição *a priori*, pois os custos de uma infra-estrutura deficiente excedem a economia proporcionada pela terra, matéria-prima ou mão-de-obra baratas. A construção, manutenção e modernização da infra-estrutura logística torna-se assim uma prioridade dos governos, uma vez que sua ausência inviabiliza o crescimento econômico.

O esforço do Paraná na criação de uma infra-estrutura logística que atenda a todas as regiões levou a uma situação na qual o Estado e os municípios têm sob sua responsabilidade a maior malha viária de toda a Região Sul, o que, embora onere de maneira diferenciada os cofres públicos, também permite ao Estado maior liberdade em relação à política nacional de transportes.

Verifica-se, pela tabela 1, que entre 2000 e 2004 houve no Paraná um avanço significativo na pavimentação de estradas, sobretudo aquelas a cargo do governo do Estado e dos municípios. Este crescimento da malha pavimentada não foi expressivo apenas para as rodovias

federais – o que pode ser explicado pelos poucos investimentos na construção e pavimentação de rodovias por esta esfera de governo –, mas houve uma melhoria significativa também dos acessos vicinais, ou seja, aqueles que ligam as regiões rurais às rodovias de maior porte.

Graças a esses esforços na criação de uma malha estadual ampla, o Paraná conta com uma densidade de rodovias superior às médias da Região Sul, e comparável à de São Paulo, estado que sobressai neste setor. Apesar de contar com uma área correspondente a 70% do Rio Grande do Sul, o Paraná possui quase o dobro de rodovias pavimentadas.

No quesito densidade de rodovias por habitante o Paraná se destaca (tabela 2). Ressalta-se, no entanto, que há uma diferença muito grande de densidade demográfica entre Paraná e São Paulo, a saber, 50 hab./km² e 160 hab./km², respectivamente, que se traduz também na densidade econômica. Considere-se ainda que no Paraná a proporção de rodovias duplicadas sobre o total é menor que a encontrada em São Paulo, apesar de níveis semelhantes de concessão de rodovias à iniciativa privada.

No eixo principal, os melhoramentos ocorreram em ritmo lento, apesar das concessões à iniciativa privada. Neste eixo destacam-se a BR-277 e a BR-376, as mais importantes rodovias do Estado, articulando o oeste e o norte, respectivamente, com a capital e o litoral. Na BR-277, do litoral até Ponta Grossa a rodovia está duplicada, o que ocorreu ainda na década de 1980. A partir dali poucos trechos encontram-se duplicados, principalmente entre Foz do Iguaçu e Cascavel. A maior parte dos percursos é feita em pista simples, que pelo menos estão em bom estado de conservação. Já na BR-376 os trechos duplicados encontram-se na ligação entre Joinville e Curitiba, entre São Luis do Purunã e Ponta Grossa, um trecho em Mauá da Serra e em parte do trecho entre Londrina e Maringá.

* Sociólogo, técnico da equipe permanente desta publicação.

** Geógrafo, técnico do IPARDES.

TABELA 1 - EXTENSÃO, EM QUILOMETROS, DAS RODOVIAS FEDERAIS, ESTADUAIS TRANSITÓRIAS, ESTADUAIS PAVIMENTADAS E MUNICIPAIS PAVIMENTADAS, DA REGIÃO SUL E ESTADOS DA REGIÃO - 2000/2004

REGIÃO/UNIDADE DA FEDERAÇÃO	2000				2004			
	Federais	Estaduais Transitórias	Estaduais Pavimentadas	Municipais Pavimentadas	Federais	Estaduais Transitórias	Estaduais Pavimentadas	Municipais Pavimentadas
Região Sul	10.276	2.959	15.028	4.102	10.578	3.348	18.636	7.967
Paraná	3.164	1.330	8.569	2.553	3.164	1.362	10.288	6.353
Santa Catarina	2.111	681	2.775	850	2.121	716	3.279	915
Rio Grande do Sul	5.011	948	3.684	699	5.292	1.270	5.068	699

FONTE: ANTT - ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2005

TABELA 2 - DENSIDADE DE RODOVIAS NA REGIÃO SUL, ESTADOS DA REGIÃO SUL E ESTADO DE SÃO PAULO, SEGUNDO POPULAÇÃO E ÁREA - 2004

REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (km ²)	RODOVIAS PAVIMENTADAS (km)	km/1.000 km ²	POPULAÇÃO ESTIMADA EM 2004	km/10.000 hab.
Região Sul	577.214	40.529	70,2	26.540.545	15,27
Paraná	199.709	21.167	106	10.135.388	20,88
Santa Catarina	95.443	7.031	73,7	5.774.178	12,18
Rio Grande do Sul	282.062	12.329	43,7	10.630.979	11,6
São Paulo	248.809	31.227	125,5	39.825.226	7,84

FONTES: ANTT - ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2005, IBGE

A proposta de governo de implantação do Programa Estradas da Liberdade insere-se em uma lógica desenvolvimentista, procurando incluir regiões do Estado que ainda dependem basicamente da agricultura. Procura-se, com a formação de novos corredores de transporte, possibilitar a inclusão de localidades que hoje estão em condição desvantajosa, sobretudo pelos custos elevados decorrentes dos pedágios ou das rodovias em condições precárias.

O Programa compõe-se de cinco grandes eixos, agrupados, aqui, em quatro regiões de análise. Eles oferecem caminhos complementares às atuais rodovias pedagiadas, mas, sobretudo, melhoram significativamente a acessibilidade de algumas regiões do Estado aos pólos regionais, à capital e também ao porto de Paranaguá. É visível que os índices de desenvolvimento humano da maioria dos municípios servidos por essas rodovias encontram-se abaixo da média estadual. Este argumento, por si só, confirma a importância de melhorar as rodovias

em questão, como política de estímulo econômico e de inclusão social para esses municípios.

O trecho 1 abrange a ligação entre os municípios do norte e norte pioneiro do Estado com a região de Curitiba, passando pela mesorregião Centro-Oriental, beneficiando municípios como Jaguariaíva, Telêmaco Borba, Ponta Grossa e, também, Londrina, Jacarezinho e Wenceslau Braz. O trecho 2 corta a região central do Estado, fazendo a ligação entre Campo Mourão e Cianorte, com acesso à BR-376 na altura de Reserva, próximo de Ponta Grossa. O trecho 3 liga o oeste, em Santa Tereza do Oeste, próximo de Cascavel, com o sudoeste, sul e sudeste do Estado, beneficiando, além destes municípios, Pato Branco, Francisco Beltrão, Palmas, União da Vitória e Lapa. Já o trecho 4 faz a ligação da região oeste, a partir de Toledo, com o norte do Estado, em direção a Presidente Prudente, em São Paulo, passando por Umuarama e Maringá.

TABELA 3 - CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DIRETAMENTE BENEFICIADOS PELO PROGRAMA CAMINHOS DA LIBERDADE

REGIÕES DE ANÁLISE	TOTAL DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO TOTAL		ÁREA (km ²)
		Total	Participação no Total do Estado (%)	Total	Participação no Total do Estado (%)	Total	Participação no Total do Estado (%)	
Trecho 1	77	279.501	16	1.607.660	21	1.887.649	20	41.706,51
Trecho 2	34	175.123	10	324.970	4	500.285	5	18.337,31
Trecho 3	66	386.466	22	781.046	10	1.166.839	12	34.423,03
Trecho 4	82	222.673	13	1.445.470	19	1.669.029	17	30.038,51

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 2000

Ressalte-se que não se pode somar os totais relativos pelo fato de alguns municípios serem beneficiados por mais de um trecho, como, por exemplo, o caso de Cianorte e de Cascavel. Destaque-se, também, que essa é só uma aproximação da área de influência dessas estradas, onde são contados apenas os municípios diretamente servidos por essas rodovias, sem considerar os impactos que elas podem causar nas regiões circunvizinhas. Adiante segue uma descrição das características gerais dos municípios beneficiados por cada um dos trechos mencionados.

Trecho 1

Para esta área do Estado, denominada trecho 1, foram considerados o Corredor 1 (Cerne PR-090) e o Corredor 5 (PR-092), que faz a ligação entre a divisa com São Paulo, Norte Pioneiro do Paraná e Curitiba. Essas duas rodovias formarão os principais caminhos de ligação com Curitiba e o litoral, agindo em conjunto na captação do tráfego proveniente da mesorregião Norte Pioneiro. Os municípios potencialmente beneficiados contarão, além da redução do percurso de viagem, com o benefício do não pagamento da tarifa do pedágio, o que traz implicações sobre a competitividade das empresas e atividades agrícolas da região.

Esses 77 municípios possuíam 18,3% do emprego formal do Estado em 2004 (BRASIL, 2005), 21,03% do valor bruto de produção na safra 2002/2003 (PARANÁ, 2003), 15,58% do valor de saída para o Estado, 14,84% do valor de saída para outros estados, e 15,99% do valor de saída para o exterior em 2004 (PARANÁ, 2004). Em face desses dados, nota-se que estamos falando de uma importante região do Estado do Paraná, que será grandemente beneficiada através de uma ligação mais rápida e barata com Curitiba, interior de São Paulo e o Porto de Paranaguá. Esta região possui como municípios de maior destaque Londrina e Ponta Grossa, mas também aqueles ligados à indústria extrativa e de beneficiamento de madeira e papel, como Jaguariaíva e Telêmaco Borba.

Além dos benefícios econômicos, a construção desta via de acesso traz conforto para os moradores dos municípios servidos por ela, que passam a desfrutar de um caminho de passagem seguro e rápido para dinamizar vários aspectos da vida em sociedade, contribuindo para melhorar os índices de desenvolvimento humano, já que apenas seis municípios desta extensa faixa possuíam, em 2000, IDH superior à média estadual (0,787).

A região contava, em 2004, com 254 armazéns convencionais com capacidade para 1.236.370 toneladas, 467 armazéns a granel com capacidade para 5.002.930 toneladas, e 3 armazéns para líquidos, com capacidade para 22.060 toneladas, o que representava 22,26%, 26,72% e 21,15% da capacidade estadual respectivamente. Além desses indicadores, o conjunto desses municípios contava com 20% da população total do Estado, 21% da população urbana e 16% da população rural. A extensão territorial abrangida é de mais de 41 mil quilômetros quadrados.

Trecho 2

Composto por trechos de várias rodovias, dentre as quais a BR-487, PR-239 e PR-441, este trecho irá dinamizar as trocas entre dois importantes centros urbanos do Estado: Campo Mourão e Ponta Grossa. Este corredor rodoviário diminuirá sensivelmente a distância de viagem, além de desonerar os veículos de várias cobranças de pedágio, cujos trajetos alternativos se fariam pela BR-277 a partir de Guarapuava, ou via Maringá, pela BR-376.

Além de servir como alternativa para os municípios situados em sua área direta de influência, esta rodovia certamente permitirá também aos moradores do noroeste do Estado uma ligação mais curta com a capital e o litoral do Estado. Para tanto, seria necessário viabilizar a conclusão das obras de implantação da Rodovia Boiadeira (BR-487), que liga Campo Mourão a Umuarama.

Dos municípios beneficiários deste corredor, apenas Cianorte apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano superior à média estadual. E na parte central da rodovia encontram-se os municípios com indicadores sociais mais desfavoráveis do Estado, denominados, no estudo "Os Vários Paranas" (IPARDES, 2005), como socialmente críticos. Dentre as sugestões apontadas em um outro estudo, "Linhas de Ação" (IPARDES, 2006), apontou-se a necessidade de uma ligação mais rápida e eficiente com outros centros como parte de uma política mais ampla de desenvolvimento para esta região, tão carente de ligações favoráveis. São vários os municípios que serão beneficiados pela melhoria de ligação entre esses dois importantes pólos regionais.

Seu conjunto possui 3,32% do emprego formal do Estado (BRASIL, 2005), 7,93% do valor bruto de produção da safra 2002/2003 (PARANÁ, 2003), 2,85% do valor de saída do Estado, 1,34% do valor de saída para outros estados, e 0,53% do valor de saída para o exterior (PARANÁ, 2004).

A presença de centros de armazenagem nos municípios servidos por esta rodovia está vinculada à COAMO. Estes armazéns também indicam a necessidade de escoamento de produção agrícola e, portanto, demanda potencial por esta estrada. Estes municípios contavam, em 2004, com 164 armazéns convencionais e 154 armazéns a granel, com capacidade para 516.950 toneladas e 1.663.460 toneladas respectivamente, quantidades que equivalem a 9,31% da capacidade estadual, no primeiro caso, e a 8,88% no segundo.

Trecho 3

O trecho abrange municípios das mesorregiões Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste do Estado. É composto por uma série de trechos de rodovias, dentre as quais a rodovia do Xisto (BR-476), trechos da transbrasiliana (BR-153), BR-280, PR-483, PR-182 e BR-163. Vai de Santa Tereza do Oeste, nos arredores de Cascavel, até o município da Lapa, de onde segue até Curitiba em trecho já administrado pela iniciativa privada.

Este corredor de transporte é complementar à BR-277, principalmente para os municípios do Sudoeste paranaense, dos quais destacam-se Francisco Beltrão e

Pato Branco, além daqueles situados na divisa com Santa Catarina, como Palmas, e União da Vitória. São beneficiados direta ou indiretamente por este trecho de rodovia 66 municípios. Eles apresentavam, em 2000, 12% da população total do Estado, sendo 10% da população urbana e 22% da população rural. Além disso, possuíam 9,54% do emprego formal do Estado em 2004 (BRASIL, 2005), 20,96% do valor bruto de produção na safra de 2003/2003 (PARANÁ, 2003), 7,35% do valor de saída para o próprio Estado, 5,9% do valor de saída para outros estados, e 6,7% do valor de saída para o exterior em 2004 (PARANÁ, 2004). Destes municípios, apenas nove apresentavam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superior à média do Estado.

Destaca-se também pela grande quantidade de armazéns a granel e convencionais, o que representa uma demanda potencial por esta rodovia, seja para o escoamento interno, levando a produção para Cascavel, seja para o exterior, via Paranaguá. Esta região contava, em 2004, com 291 armazéns convencionais, com capacidade para 685.900 toneladas, e com 313 armazéns a granel, para 2.681.650 toneladas, que representavam, respectivamente, 12,35% e 14,32% da capacidade do Estado.

Trecho 4

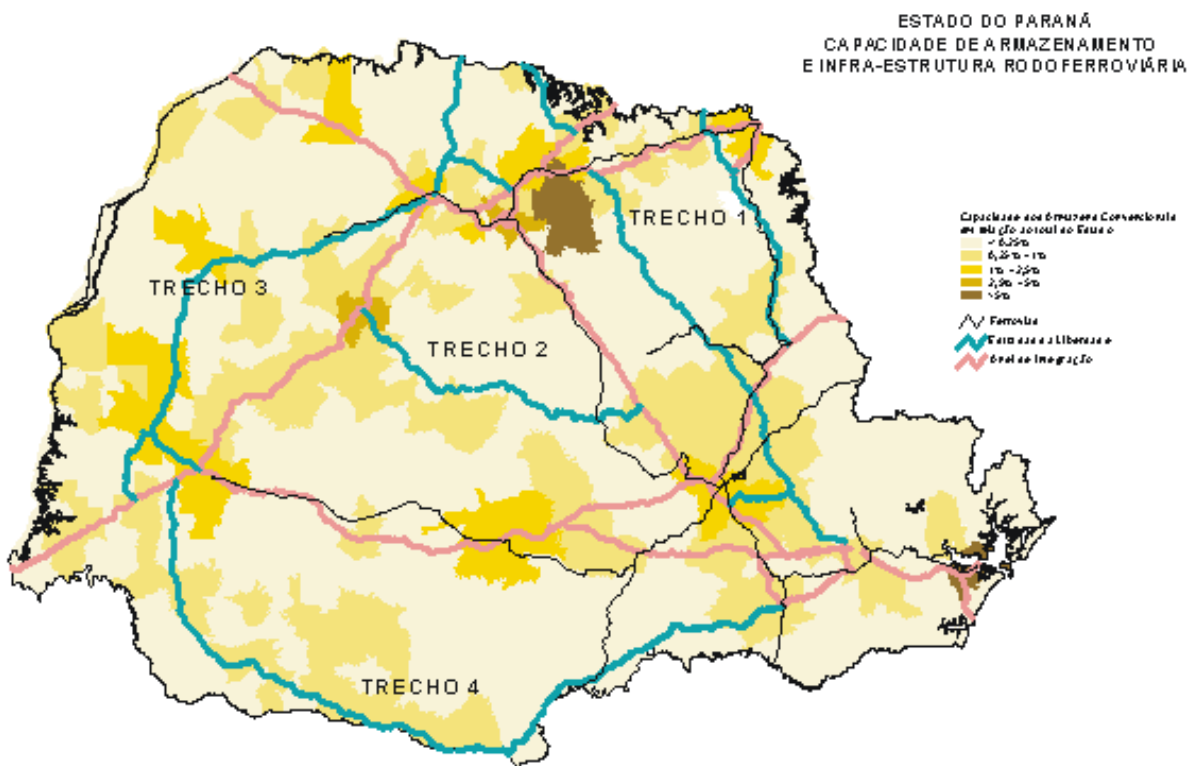
Este corredor é composto por rodovias estaduais, dentre as quais a PR-317 (ligando Santo Inácio, na divisa com São Paulo, a Maringá) e a PR-323 (ligando Maringá a Cafezal do Sul). Esses dois trechos principais já se encontram recuperados. Os outros trechos são compostos

pela PR-486, PR-317, PR-585 e PR-488. As principais cidades interligadas pelo trecho são Toledo, Umuarama e Maringá.

A PR-323 é uma rodovia de traçado moderno, comparável às melhores rodovias de pista simples do Estado. Seu atual estado de conservação permite a ligação rápida do noroeste do Estado com Maringá, o que se torna ainda mais importante com a expansão do cultivo de cana-de-açúcar para essa região, que há alguns anos já vinha perdendo participação relativa na economia do Estado. A ausência de caminhos de ligação bem conservados aumentou o isolamento, que vem sendo superado pelas obras recentes. A rodovia serve também como ligação entre as novas áreas de produção de cana-de-açúcar no Estado, já que essa atividade vem crescendo rapidamente nesta região, utilizando terras antes dedicadas à pecuária extensiva.

A região servida por estes trechos de rodovia apresentam 17% da população do Estado, sendo 19% da população urbana e 13% da população rural (IBGE, 2000). Além disso, detém 18,15% do emprego formal do Estado (BRASIL, 2005), 21,06% do valor bruto de produção da safra 2002/2003 (PARANÁ, 2003), além de 15,05% do valor de saída do Estado, 10,97% do valor de saída para outros estados e 8,97% do valor de saída para o exterior, segundo dados da SEFA (PARANÁ, 2004).

Isso aponta para a dinâmica econômica dos municípios servidos e sua representação no Estado. Em que pesem os indicadores econômicos, cabe ressaltar que, dentre os 82 municípios servidos por este corredor, apenas 12 apresentavam IDH superior à média do Estado.



A área abrangida por estas rodovias apresentava, em 2004, 354 armazéns convencionais, com capacidade para 1.168.670 toneladas, o que representava 21,05% da capacidade estadual; e 360 armazéns a granel, com capacidade para 4.110.560 toneladas, representado 21,95% da capacidade estadual. Esses valores apontam para a demanda potencial por rodovias que garantam o escoamento da produção de forma rápida e eficiente até seus destinos.

É importante pensar a questão dos transportes em seus diversos modais de forma integrada e levando em conta a logística, visando à eficiência técnica, econômica e operacional dos transportes para ampliar as vantagens competitivas oferecidas pelo território paranaense às suas empresas e cidadãos.

As propostas das Estradas da Liberdade podem servir a dois propósitos complementares: primeiramente, para promover a integração e inclusão social dos municípios, populações e regiões que foram historicamente excluídos do processo de desenvolvimento econômico e social, rediscutindo o papel do Anel de Integração no sistema paranaense de transportes. O segundo ponto seria considerá-las como parte de uma estratégia de integração intermodal, proporcionada pelos complexos multimodais de carga.

Além de se prestarem à viabilização econômica de ferrovias, essas plataformas constituem importante instrumento para uma política de desenvolvimento local e regional, se tomadas como indutoras para a indus-

trialização e oferta de serviços ligados à logística. Essas estradas poderiam ser utilizadas com essa função, já que articulam as diversas regiões produtoras de gêneros agropecuários com os municípios com maior capacidade de armazenamento de cargas, que coincidem também com pontos estratégicos das ferrovias existentes.

Os principais nós de articulação entre rodovias e ferrovias encontram-se em Cascavel, Cianorte, Londrina, Apucarana e Ponta Grossa. O trecho 1, que compõe as PR-090 e PR-092, articula o norte pioneiro com Ponta Grossa e Londrina. O trecho 2 permite interligar os municípios do centro do Estado com Ponta Grossa e Campo Mourão. O trecho 3 faz a ligação entre o noroeste e o oeste, permitindo a integração tanto com Cianorte quanto com Cascavel. Por fim, o trecho 4 permite a ligação do sudoeste com a ferrovia que parte de União da Vitória. Desse modo, tem-se, nos nós das Estradas da Liberdade, a possibilidade de fazer a integração intermodal com as ferrovias, tornando ainda mais fácil a viabilização econômica dos investimentos previstos para a otimização deste modal de transporte.

As Estradas da Liberdade são uma oportunidade para o Estado do Paraná romper com o modelo rodoviarista seguido até então no Brasil, viabilizando a inclusão social e econômica de regiões economicamente deprimidas numa nova lógica de transportes, que incorpora o modal ferroviário para distâncias maiores, permitindo reduzir custos para o Estado e a sociedade como um todo.

Referências

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação anual de informações sociais: RAIS 2004*. Brasília, 2005. 1 CD-ROM.
- IBGE. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.
- IPARDES. *Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional*. Curitiba, 2005.
- IPARDES. *Os vários Paranás: linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional: subsídio à política de desenvolvimento regional*. Curitiba, 2006.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural. *Produção agropecuária municipal do Estado do Paraná*. Curitiba, 2003. 1 disquete 3^{1/2}.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda. *Valor adicionado*. Curitiba, 2004.

O BNDES e a matriz do crescimento

*Gilmar Mendes Lourenço**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exerceu papel crucial na estruturação da industrialização por substituição de importações, na implantação da infra-estrutura econômica e social e na consolidação do comércio exterior do Brasil. Desde a sua criação, em 1952, durante o governo Getúlio Vargas, o então BNDE encarregou-se do financiamento às inversões públicas e privadas, com recursos oriundos da cobrança de um adicional sobre o Imposto de Renda e de captações externas.

Especial atenção foi dispensada às necessidades de investimentos identificadas como prioritárias pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e pelo Grupo Misto BNDE-Cepal, bases do Plano de Metas da gestão de Juscelino Kubitschek (JK), ou da edificação dos cinquenta anos em cinco, no intervalo 1956-1960, ancorada na disseminação do emprego de conceitos de planejamento, como pontos de estrangulamento, demanda reprimida, demanda derivada, pontos de germinação, dentre outros.

A atuação da instituição também interferiu decisivamente na consolidação das atividades manufatureiras do País no transcorrer do Milagre Econômico, entre 1968 e 1973, intermediando a poupança pública oriunda do FGTS, do PIS e do PASEP, e ao longo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), na administração do General Geisel, entre 1974 e 1978. O II PND marcou a conclusão do ciclo da segunda revolução industrial no Brasil, graças ao aporte de capitais externos de empréstimo, remunerados a juros flutuantes, e destinados primordialmente à cobertura do acréscimo do parque nacional fabricante de bens de capital e de matérias-primas, com vistas ao atendimento da demanda das estatais de petróleo, energia, siderurgia e telecomunicações.

Ademais, as subsidiárias do Banco viabilizaram a alocação de haveres para a promoção da desconcentração da expansão industrial do eixo saturado, polarizado por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, no sentido do Centro-Sul, com os segmentos intensivos em tecnologia, e do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a partir da exploração da fronteira agrícola e mineral, dominada por grandes empreendimentos estatais e privados.

Na década de 1980, a inviabilização dos esquemas de financiamento dos investimentos de longo prazo forçou o Banco a preparar o "Modelo de Integração Competitiva", uma espécie de carilha para o cumprimento de algumas etapas na direção da inserção não subordi-

nada do Brasil no ambiente de acirramento da competição, determinado pela globalização dos negócios.

Nos anos 1990, o Banco dedicou expressivo espaço à viabilização do programa de privatizações, principalmente nas áreas de mineração e de telecomunicações, com diminuta participação de grupos privados nacionais, à exceção dos fundos de pensão de funcionários das companhias estatais. Ainda nesse período, a retórica liberal prevalecente nos meios econômicos passou a apregoar o caráter desnecessário da instituição e/ou inibidor do fortalecimento do mercado de capitais, em face das novas modalidades de captação de recursos de terceiros disponíveis.

A função do BNDES é de fomento e de complemento das carências financeiras dos setores público e privado

Essencialmente, diante das peculiaridades da procura por crédito, a função do BNDES é de fomento e de complemento das carências financeiras dos setores público e privado. Não fosse assim, a instituição não registraria recordes de desembolsos nos últimos doze meses encerrados em junho de 2007, ao lado da duplicação das emissões no mercado de capitais doméstico e externo (principalmente na Bolsa de Nova Iorque). O ativo das companhias com transações em Bolsas no Brasil já supera os $\frac{3}{4}$ do Produto Interno Bruto (PIB).

A confirmação do resgate das atribuições convencionais, atreladas ao desenvolvimento, ainda não parece clara no atual governo, a despeito da manifestação das posturas desenvolvimentistas e/ou menos comprometidas com o pensamento econômico ortodoxo, dos ex-presidentes Carlos Lessa, Guido Mantega, Demian Fiocca e do atual Luciano Coutinho.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação: A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

O cumprimento dessa missão requer o enfrentamento e superação de alguns obstáculos nada desprezíveis, sobretudo na ausência de uma política industrial sinalizadora por parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e aco- plada às diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O arcabouço atualmente oferecido privilegia a concessão de incentivos fiscais e financeiros às áreas intensivas em inovação e praticamente ignora a necessidade de eliminação da precariedade infra- estrutural, restrição clássica do subdesenvolvimento.

Contudo, parece certa a premência de certas ações como: a recuperação da natureza ágil na apreciação dos projetos e na liberação dos recursos, notadamente daqueles atrelados às obras de infra- estrutura energética e de transportes, contidos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o aumento da participação das pequenas e médias empresas nas carteiras de financiamento às exportações; e o incentivo à maior inserção externa das companhias

brasileiras e à atração de empresas transnacionais para a ocupação de brechas na matriz industrial brasileira, particularmente nas áreas de tecnologias de ponta.

Ainda que desprovida da defesa da ressurreição do Estado coordenador, indutor, financiador, provedor e mercado das etapas componentes dos cinco decênios da construção da indústria brasileira (1930-1979), afigura-se crucial a deflagração de estímulos a segmentos de vanguarda (informação, comunicação, gestão e processos) e/ou com pronunciadas economias de escala (eletroeletrônica, automobilística), a atividades detentoras de trunfos competitivos naturais ou preparados (especificamente em insumos básicos), a iniciativas de aproveitamento de alternativas energéticas renováveis (álcool e biodiesel) e a ramos mais sensíveis às inflexões da política macroeconômica (intensivos em mão-de-obra).

Convém não esquecer que a orientação econô- mica oficial ainda apresenta feição nitidamente neoliberal, evidenciada pela multiplicação do rentismo determinada pela inserção das empresas produtivas na órbita financeira.

Finanças públicas e crescimento econômico

*Julio Takeshi Suzuki Júnior**

No primeiro quadrimestre de 2007, as despesas primárias do governo central totalizaram R\$ 130,8 bilhões, o que representou crescimento real de 8,6% em relação a igual período de 2006, tendo como deflator o IGP-M. Pelo lado das receitas, segundo estatísticas do Tesouro Nacional, foram contabilizados R\$ 197,9 bilhões, correspondendo a um aumento da ordem de 9,0%, com forte expansão da arrecadação de impostos e contribuições, que apresentou variação real de 9,5% nos quatro primeiros meses do atual exercício.

Portanto, não há indício de mudança nas bases da política fiscal, representadas pela ampliação do gasto público e da carga tributária e pela meta de superávit no resultado primário, a despeito do consenso quanto à aproximação do limite para a elevação da transferência de recursos do setor privado para o público. Entre os determinantes do crescimento das despesas não-financeiras da União, sobressaem os desembolsos com os pagamentos previdenciários, que alcançaram valor equivalente a 7,13% do PIB no ano de 2006, muito acima da marca de 5,01% do PIB registrada em 1997 (tabela 1), como reflexo do aumento real do piso da previdência, atrelado ao salário mínimo, e da ascensão do número de beneficiários.

Em razão do moderado crescimento das receitas, de 4,71% para 5,32% do PIB no período 1997-2006, o déficit do sistema público de aposentadorias atingiu o percentual de 1,81% do total do produto brasileiro no ano passado, o que correspondeu a R\$ 42,1 bilhões, superando por larga margem o resultado de 1997, quando o saldo negativo da previdência equivalia a 0,30% das riquezas geradas pelo País.

Embora menos representativas como fator expansionista do gasto governamental, comparativamente aos pagamentos dos benefícios previdenciários, as despesas de custeio e capital também vêm exercendo razoável pressão sobre as contas públicas, com um salto de 4,72% para 5,49% do PIB nos últimos dez anos. Como se sabe, essa elevação reflete principalmente os gastos com os programas assistenciais, ampliados de forma considerável pelo Governo Lula, sob o correto argumento de que uma parcela da população brasileira enfrenta grandes obstáculos para a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para o acesso aos bens de consumo, mesmo em um contexto de aceleração da atividade econômica.

Passando às despesas com pessoal, diferentemente dos desembolsos previdenciários e de custeio e capital, não se pode afirmar que a trajetória é continuamente ascendente. Apesar de o resultado de 2006 ser o mais elevado dos últimos quatro exercícios (4,52% do PIB), deve-se lembrar que os recursos destinados ao pagamento do funcionalismo federal alcançaram níveis mais altos no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, atingindo, por exemplo, valor correspondente a 4,81% do PIB em 2002.

Já no que diz respeito aos dispêndios financeiros, é de conhecimento geral que os juros pagos pelo governo central consistem em representativo fator de desequilíbrio fiscal, sendo conseqüência dos recorrentes apertos monetários para o controle das oscilações inflacionárias. De 1997 a 2006, os juros nominais subiram de 2,13% para 5,32% do PIB, com o registro de percentuais mais elevados em 1999 (8,35%) e 2002 (8,03%), anos em que fortes ataques especulativos contra a moeda brasileira obrigaram o governo a promover uma maior rigidez na política monetária.

Diante disso, pode-se concluir que o ajuste das finanças governamentais, voltado à redução/eliminação do déficit nominal e à diminuição da carga tributária, exige tanto a contenção das despesas correntes quanto o declínio dos dispêndios com os encargos da dívida pública, cabendo ressaltar que, nesse último caso, há atualmente nítida margem para uma queda mais acentuada dos juros, em virtude dos baixos patamares da inflação.

Nesse sentido, dada a aparente possibilidade de atingir o equilíbrio fiscal pela via exclusiva da redução dos juros, é importante colocar que, em um eventual programa de ajuste, não se pode ignorar a exeqüibilidade das medidas e as relações de causalidade entre a diminuição das despesas primárias e a flexibilização dos instrumentos monetários. Em outras palavras, o controle dos gastos correntes indubitavelmente estabelecerá melhores condições para a redução dos juros, devido principalmente à menor necessidade de

* Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

financiamento do governo, enquanto o afrouxamento da política monetária não assegurará, por si só, uma solidez fiscal duradoura, em função dos riscos inflacionários inerentes a essa estratégia.

Logo, um plano de reestruturação do gasto público deverá se caracterizar pela amplitude, abrangendo inclusive as modalidades de despesas que não vêm apresentando forte tendência de expansão, o que poderá garantir a redefinição de prioridades, possibilitando até mesmo o aumento dos recursos destinados a áreas críticas.

Com o equacionamento da questão fiscal, o que envolve também a diminuição da carga tributária, serão criadas condições propícias para a ampliação da poupança do setor privado, abrindo espaço, subsequentemente, para o aumento da taxa de investimento da economia brasileira, com reflexos diretos sobre o crescimento do País. Tanto é assim que os países emergentes com cargas tributárias menos elevadas apresentaram pronunciadas taxas médias de crescimento do PIB no período 1995-2005 (gráfico 1), ficando muito acima da média registrada pelo Brasil.

TABELA 1 - RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL - BRASIL - 1997/2006

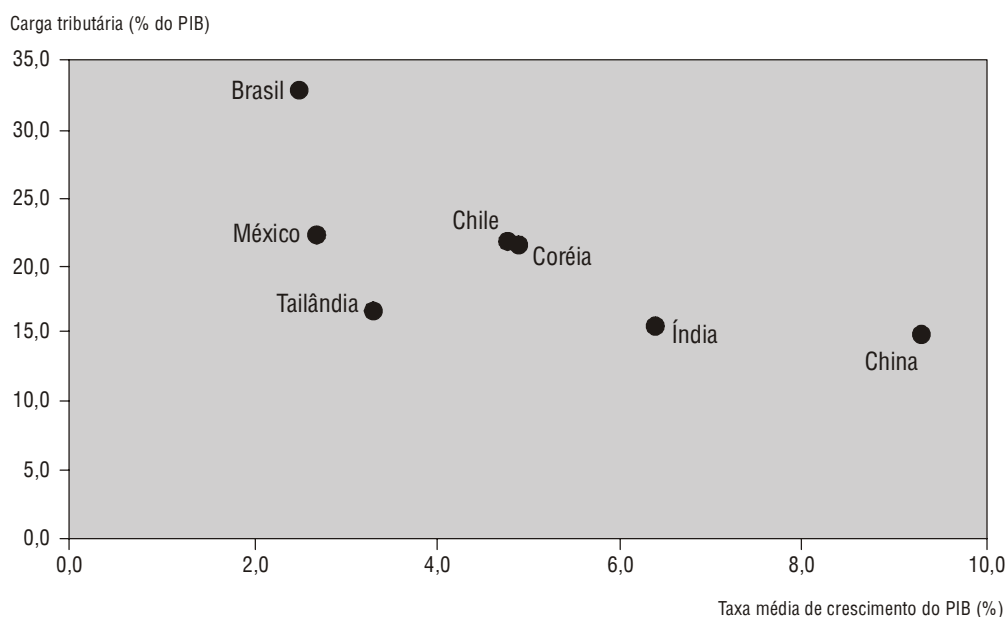
ITEM	PROPORÇÃO DO PIB (%)		
	1997	2001	2006
1. Receita total	16,93	20,77	23,39
1.1. Receitas do Tesouro	12,22	15,94	18,00
1.2. Receitas da Previdência Social	4,71	4,80	5,32
1.3. Receitas do Banco Central	-	0,03	0,07
2. Transferências a estados e municípios	2,66	3,53	3,99
3. Receita líquida total (1-2)	14,27	17,23	19,39
4. Despesa total	14,01	15,57	17,25
4.1. Pessoal e encargos sociais	4,27	4,80	4,52
4.2. Benefícios previdenciários	5,01	5,78	7,13
4.3. Custeio e capital	4,72	4,90	5,49
4.3.1. Despesa do FAT	0,53	0,51	0,66
4.3.2. Subsídios e subvenções econômicas	0,29	0,35	0,41
4.3.3. Benefícios assistenciais (LOAS e RMV)	-	-	0,50
4.3.4. Outras despesas de custeio e capital	3,91	4,03	3,92
4.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	-	-	0,03
4.5. Despesas do Banco Central	-	0,08	0,07
5. Resultado primário do governo central (3-4) ⁽¹⁾	-0,31	1,69	2,21
6. Juros nominais ⁽²⁾	-2,13	-5,10	-5,32
7. Resultado nominal do governo central (5-6)	-2,44	-3,41	-3,11

FONTE: STN

(1) Em razão dos ajustes metodológicos e das discrepâncias estatísticas, o resultado não é exatamente igual à diferença entre a receita líquida total e a despesa total.

(2) Critério "abaixo da linha", com desvalorização cambial.

GRÁFICO 1 - CARGA TRIBUTÁRIA E TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB - PAÍSES EMERGENTES - 1995-2005



FONTE: FMI, Banco de Desenvolvimento da Ásia, Banco Central do Chile, Secretaria da Fazenda do México, Receita Federal do Brasil, IBGE

Efeitos do mínimo regional

Gilmar Mendes Lourenço*

A aprovação pela Assembléia Legislativa da proposta do Governo do Estado que instituiu o reajuste do salário mínimo (SM) regional em aproximadamente 8,5% para as categorias de trabalhadores não organizadas do Paraná, compreendendo uma faixa de remunerações entre R\$ 472,0 e R\$ 475,20, representa apenas a recomposição do poder de compra das ocupações com menores rendimentos, ou uma fração relevante das políticas necessárias à redistribuição de renda no território estadual.

É claro que se trata de iniciativa dirigida ao mercado de trabalho que deve ser complementada por outras políticas públicas, deflagradas pelas distintas instâncias da administração (União, Estados e Municípios), especialmente aquelas focadas na perseguição da inclusão social e do combate à pobreza, expressas em programas como o Bolsa Família.

Essa postura permanece em consonância, de um lado, com a proliferação de reivindicações capitaneadas pelas principais lideranças sindicais brasileiras desde fins de 2004, dirigidas à obtenção de elevações reais consistentes no valor do SM, e, de outro, com o rompimento definitivo das cifras unificadas para todo o território nacional e o regresso da prática de patamares diferenciados por região, conforme instituído em 1940, quando vigoravam quatorze valores.

A Lei Complementar n.º 103 permite aos estados a criação de um piso salarial para as classes de trabalhadores que não o possuam por lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho

Do ponto de vista legal, o SM regional está respaldado na Lei Complementar n.º 103, de 14 de julho de 2000, que permite às unidades subnacionais e ao Distrito Federal a criação de um piso salarial para as classes de trabalhadores que não o possuam por lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Com isso, abrem-se flancos para a prática de remunerações mínimas mais afinadas com as distintas realidades econômicas espaciais.

Contudo, ao contrário do verificado em 2006, ano da implantação do sistema, em 2007 a medida não deverá provocar efeitos significativos no aparelho de

negócios do Estado, devido à sua já incorporação plena na matriz de custos privados. No ano anterior, a atualização equivaleu a dez vezes a inflação anual em um único momento (marcado por ambiente macroeconômico desfavorável), o que impulsionou as despesas com mão-de-obra das empresas de forma direta e indireta, pois o SM ainda serve de referência para as negociações de várias categorias, e incorporou aquelas cujos vencimentos situam-se no intervalo entre o mínimo regional e o nacional, configurando diferença de 25,0%. Lembre-se de que mais da metade do contingente ocupado no Paraná recebia menos que o novo mínimo regional.

Em paralelo, mesmo tendo em conta que salário também é tido como mercado, o reajuste anunciado corresponde somente à restauração do poder aquisitivo do pessoal ocupado não organizado, corroído nos últimos doze meses, acrescida da expectativa de inflação em um ano, devendo interferir de maneira pontual na ampliação do potencial de consumo de bens não-duráveis, especialmente de alimentos, remédios, roupas, calçados, bebidas etc.

Tais argumentos servem para abrandar a tese defendida por determinados segmentos empresariais, centrada em perda de capacidade competitiva derivada da variação do SM regional. Por certo, por uma ótica estritamente técnica, qualquer aumento real de salário superior aos ganhos de produtividade do sistema econômico possui o poder de desencadear correções, de pronto ou em momentos subseqüentes, na forma de inflação e/ou compressão das margens de lucro.

Nesse sentido, é prudente reter que a intensificação da competição interempresarial propiciada pela liberação comercial, em condições de reduzido ritmo

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

de expansão do mercado brasileiro, rechaçaria a saída inflacionária que, no final das contas, anularia os ganhos salariais e introduziria elementos de perturbação. Já o encolhimento dos lucros afetaria negativamente a disposição de efetivação de novos investimentos e, por extensão, de criação de oportunidades de trabalho e de capacidade de formação de renda pela via salarial.

Como em ambas as situações ocorreriam indesejáveis transferências de renda, é crucial entender que a subida dos patamares de dispêndios privados extrapola o SM e inclui variáveis como juros, tributos,

infra-estrutura, burocracia, dentre outras, a serem contempladas em negociações voltadas à realização de alterações na política econômica.

Na falta disso, ou a inflação se encarregaria de deslocar recursos dos pobres para os ricos, ou parcela dos lucros das pequenas e médias empresas seria carreada para a cobertura do rendimento adicional dos trabalhadores não organizados. Até porque, o Estado é o grande responsável pela correção das distorções geradas pela formação de preços e alocação dos recursos realizada pelos mercados.

Cana-de-açúcar: a salvação da lavoura ou do planeta?

Diócles Libardi e Nelson Ari Cardoso*

Há pelo menos duas décadas ambientalistas vêm alertando para os efeitos nocivos inerentes ao modelo de desenvolvimento praticado pela sociedade moderna, sob a égide do lucro. Tidos muitas vezes como profetas do apocalipse ou do caos, esses “incautos e delirantes profetas” teimam em denunciar o padrão de uso dos recursos naturais e a forma desleixada com que a humanidade se relaciona com o meio ambiente, fato que agora, por força de urgência, parece fazer parte das agendas das chamadas superpotências.

Sabidamente, o crescimento econômico, cuja matriz energética desde a 1.^a revolução industrial fundamenta-se na queima de combustível fóssil (carvão, depois petróleo), sempre considerou como preocupante somente a condição finita dessas matérias-primas – ainda que distante –, pouco importando a colateralidade de efeitos sobre o meio ambiente através da emissão de gases (CO₂).

Por efeito estufa, ou por ameaça de prejuízos ao capital, a cúpula do mundo capitalista começa, agora, ainda que de forma tímida, a direcionar esforços no sentido de preservar o planeta e, por extensão, o próprio capital.

O Protocolo de Quioto, de 1997, formalizou o compromisso das nações em reduzir, até 2012, as emissões de dióxido de carbono a níveis 5% menores que os de 1990.¹ Para o planeta, uma meta tímida; para a economia global, um desafio de titã.

Resistências, principalmente por parte dos EUA, vêm protelando a adoção efetiva de medidas de controle da emissão de gases poluentes. O 4.^o Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, ONU), *Mudança do Clima 2007: A Base da Ciência Física*, divulgado no início de 2007,² que congrega a opinião de 600 especialistas de 40 países, recolocou a questão no patamar de criticidade para o qual os “incautos e delirantes profetas” há anos alertam. Até mesmo o governo dos EUA vem declarar sua decisão em reduzir o consumo de gasolina em 20%, substituída por álcool produzido com biomassa. Não se toca absolutamente, contudo, na questão da mudança no padrão de consumo. Toda a discussão vai pelo caminho das alternativas, da substituição e diversificação das fontes energéticas.

A energia – tipos, fontes, regularidade de oferta, preço, consumo etc. – é o aspecto mais importante desse debate, pois trata-se do combustível da economia e do padrão de vida do atual estágio de desenvolvimento. Nessa equação, a questão ambiental entrou para ficar, em face dos efeitos do consumo do principal tipo de energia utilizada no mundo. Quando se fala em queima de combustível fóssil, os veículos de transporte colocam-se no centro da cena, pois são os principais responsáveis pela emissão de gases poluentes na atmosfera. Segundo pesquisadores da COPPE/UFRJ, no Rio de Janeiro, os transportes rodoviário, individual (32%), coletivo e de cargas (28,6%) respondem por 60,6% das emissões totais de CO₂.³ Ainda que seja um caso bem particular, revela a importância dos transportes, e, portanto, da circulação de mercadorias e pessoas, na degradação ambiental, cabendo lembrar que a frota brasileira já possui tecnologia menos agressiva ao meio ambiente, quando comparada a outras (América do Norte, Leste Europeu e Ásia). Assim, combustíveis menos poluentes, de fontes renováveis (não-finitas), como os produzidos a partir de biomassa, são alternativas com viabilidade econômica crescente e estão atraindo volumes significativos de investimentos, com países e empresas buscando posição nesse mercado.⁴ Ou seja, os indícios são de que as alternativas ao consumo dos combustíveis derivados de petróleo serão mesmo sancionadas pelo mercado (preço, padrão, fornecimento etc.), tornando-se grande filão de negócios e lucros.

O Brasil e os EUA vêm intensificando as negociações no sentido de transformar o álcool combustível em *commodity* global. Em 2 de março de 2007, Brasil, EUA, China, Índia, União Européia e África do Sul lançaram na sede da ONU o Fórum Internacional de Biocombustíveis, visando criar um mercado internacional para biocombustíveis.

A Petrobras, por outro lado, firmou acordo com o conglomerado japonês Mitsui para a instalação de 40 usinas de produção de álcool que devem operar em 2011.

* Pesquisadores do IPARDES.

No total, os investimentos previstos são de US\$ 8 bilhões, e a produção esperada, de 3,5 milhões de litros, será destinada quase exclusivamente ao Japão. Também empresas privadas nacionais e investidores internacionais estão se movimentando muito rapidamente, realizando aquisições, fusões e implantação de novos projetos para a produção de etanol.

Nos EUA, a movimentação em torno do negócio álcool combustível é tão ou mais acentuada que no Brasil. Lá, a produção de milho, base da produção de álcool, tem previsão de forte crescimento, deslocando parte da produção de soja, com reflexos nos mercados mundiais desses produtos. Contudo, mais do que a ampliação, o que está em jogo é o controle dessa produção, envolvendo os aspectos tecnológicos e logísticos da produção de matérias-primas (as atuais e futuras), da produção industrial e da infra-estrutura de armazenamento, distribuição e comercialização. Enfim, o controle da construção e do próprio mercado mundial – produtores e consumidores – de álcool e seus “futuros” derivados. Biomassa é sol, água e fotossíntese – são os trópicos, é o Brasil. Nesse quadro, o risco de perda de soberania, isto é, a internacionalização do controle, torna-se uma ameaça real.

Tudo indica, portanto, que o álcool assumirá grande importância na demanda global de combustíveis e, talvez, à semelhança da petroquímica, será a base de um novo complexo industrial, o complexo álcool-químico. A vida no planeta será salva não por mudanças e reduções no consumo, mas por um novo ciclo de negócios. E o Brasil estará no centro deste ciclo. A questão é em que posição: como mero fornecedor de biocombustíveis, com perda de controle sobre seu território, ou como participante ativo no desenvolvimento de tecnologias e de produtos derivados.

É grande o entusiasmo de empresários, investidores e dirigentes públicos diante das possibilidades do álcool, especialmente tendo em vista o enorme potencial brasileiro para a produção de cana-de-açúcar, traduzido na disponibilidade de terras, no conhecimento e experiência acumulados – desde a produção de cana-de-açúcar até a transformação em álcool –, no aproveitamento econômico dos resíduos para a produção de energia elétrica⁵, na instalação e gestão de usina, na fabricação dos equipamentos utilizados no cultivo, colheita e processamento.

Transformados em *commodities* internacionais o álcool e outras bioenergias, outros países desenvolvidos e grandes empresas de energia buscarão posição nesse mercado. Desse modo, para se concretizar o potencial industrial da produção de álcool e a superação da condição de fornecedor de *commodity* são necessários ação, pesquisa e investimentos.

De imediato, a posição de fornecedor mundial de *commodities* será reforçada. Atualmente, um grande debate nacional discute a desindustrialização decorrente da “maldição dos recursos naturais ou a doença holandesa” e seus efeitos na taxa de câmbio.⁶ Ou seja, a volta à condição de país primário-exportador

na divisão internacional do trabalho da atual fase do capitalismo mundial não deve ser aceita como desejável. A história do capitalismo mostra que, no longo prazo, as relações de troca são desfavoráveis aos países produtores de *commodities*. Além disso, a possibilidade de pressão sobre a floresta amazônica, com aumento das queimadas e a decorrente emissão de gases poluentes, acrescida do deslocamento da produção de alimentos, precisam estar na pauta de discussão, bem como os impactos na estrutura fundiária.

Em síntese, os bioenergéticos, especificamente a produção de álcool, é uma questão nacional, pelas possibilidades e riscos associados.

O Paraná, apesar de ter uma produção muito inferior à de São Paulo⁷, é o segundo produtor de cana-de-açúcar e álcool do País, sendo, portanto, parte importante dessa questão, mesmo porque as possibilidades e os riscos também estão presentes no Estado.

Consideramos que é pouco provável que ocorra, no Paraná, a formação de um “mar de cana”.⁸ Por restrições naturais, as áreas aptas ao cultivo de cana-de-açúcar no Estado estão na porção norte, que inclui as mesorregiões Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste Paranaense, e praticamente 100% da cana é produzida nessas regiões. Mas, então, essas regiões podem vir a se transformar num grande canavial? Dados de área plantada, no período de 1995 a 2005, mostram que a expansão da soja (o acréscimo de área plantada) foi quase cinco vezes maior que a da cana. E tanto a soja quanto a cana avançaram sobre áreas de pastagens. A redução nas áreas cultivadas com alimentos, por exemplo arroz e feijão, ocorreu, nesse espaço, em proporção semelhante ao resto do Estado. Os fatores determinantes do crescimento do mercado mundial da soja continuam ativos (a soja também é um bioenergético) e também o mercado mundial de milho se aquece, em função da sua utilização para a produção de álcool nos EUA, tornando a produção atrativa para os agricultores brasileiros e paranaenses, que já reagiram a essa situação aumentando a área plantada com milho.

De qualquer modo, o movimento de expansão da produção de cana-de-açúcar e de álcool certamente se fará sentir também na região norte do Paraná, embora com intensidade diferente da do resto do País, se considerarmos os dados sobre novas usinas em construção. A probabilidade é que o Estado venha a perder a condição de segundo produtor de cana-de-açúcar e de álcool. Ainda assim, o Paraná já possui um significativo parque industrial de processamento de cana para a produção de álcool e açúcar, composto de 27 usinas, distribuídas nos municípios das três mesorregiões do norte do Estado.

Numa perspectiva de desenvolvimento regional é necessário entender as conseqüências possíveis, positivas ou não, da importância que o álcool e os bioenergéticos tendem a assumir como alternativa energética mundial e, sobretudo, é necessário saber como concretizar as oportunidades e possibilidades decorrentes.

Os impactos serão sentidos em diferentes esferas – na agricultura, na infra-estrutura de transporte e armazenamento, na demanda de trabalho, nos serviços de apoio à agroindústria, na infra-estrutura urbana e social dos municípios etc. Há também a questão das exportações de álcool. O porto de Paranaguá poderá captar a produção de álcool do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além da produção paranaense.

Isso torna necessários e urgentes estudos que avaliem os impactos da expansão do cultivo e da trans-

formação industrial da cana-de-açúcar no Estado. Mas, se considerarmos que “tudo que se faz com petróleo se faz com álcool”⁹, as maiores oportunidades estarão no desenvolvimento da bioquímica para transformar o álcool no insumo básico de uma nova indústria, condição muito além da de combustível automotivo.

Fica uma pergunta: diante da escala mundial que o setor alcooleiro tende a assumir, qual o papel que o governo estadual pode e deve exercer nesse processo?

Notas

¹A meta de redução varia de um signatário para outro. O compromisso da União Européia foi de cortar as emissões em 8%; o do Japão, em 5%.

²LEITE, Marcelo. *A culpa é nossa. Folha de S. Paulo*, 3 fev. 2007. *Clima*, p.1.

³RIBEIRO, Suzana Kalh; MATTOS, Laura Bedeschi Rego de. *A importância do setor de transporte rodoviário no aquecimento global: o caso da cidade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.ivig.coppe.ufrj.br/doc/anpet.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2007.

⁴Nos Estados Unidos, a ofensiva da Pacific Ethanol, criada em 2003, começou em novembro do ano passado, depois de fechado um acordo com a Cascade Investment, braço de investimentos pessoais de Bill Gates. A empresa de Gates injetou na companhia US\$ 84 milhões no ano passado. Parte desses recursos foi destinada à construção de uma destilaria de álcool em Madera, na Califórnia, que deverá entrar em operação até o final deste ano.

⁵Conforme a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), na matriz energética brasileira, a produção de energia a partir da cana-de-açúcar alcançou em 2006 o mesmo patamar da energia hidráulica e eletricidade, 14,4% e 14,6%, respectivamente (SPITZ, Clárice. *Energia da cana alcança hidrelétrica. Folha de S. Paulo*, 30 mar. 2007. *Dinheiro*, p. B8).

⁶BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desindustrialização e doença holandesa. Folha de S. Paulo*, 9 abr. 2007. *Dinheiro*, p. B2.

⁷Em São Paulo foram plantados 3,1 milhões de hectares com cana-de-açúcar e no Paraná 400 mil, em 2005, segundo a Produção Agrícola Municipal do IBGE.

⁸Para alguns municípios essa imagem é absolutamente verdadeira.

⁹VASCONCELLOS, G. F. *Latifúndios no Brasil, o objetivo de Bush. Caros Amigos*, v. 10, n. 120, p. 34, mar. 2007.

OS BIOCOMBUSTÍVEIS E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

A discussão acerca da probabilidade de o aumento da produção de álcool, em substituição à parte do consumo de petróleo nos Estados Unidos (EUA), poder interferir decisivamente na segurança alimentar do mundo, ganhou adeptos de peso, como os presidentes de Cuba, Fidel Castro, e da Venezuela, Hugo Chávez, na tentativa de formação de uma espécie de aliança continental contra a proposta de proliferação da bioenergia, formulada e propagandeada pelos governos norte-americano e brasileiro.

A aparição súbita dos dois novos protagonistas provocou alguma surpresa. Isso porque, há pouco tempo, ambos não esboçavam argumentos na direção da defesa intransigente da multiplicação da oferta de alimentos. Mais que isso, preconizavam a utilização dos recursos naturais abundantes dos países tropicais, especificamente terra e água, para o cultivo de cana-de-açúcar destinado à produção de etanol.

No fundo, o duelo atual travado entre energia e alimentos está demasiadamente centrado nas expectativas de utilização do milho como principal insumo energético. O potencial emprego do milho para a fabricação de álcool combustível provocou, em simultâneo, elevação de mais de 15,0% da área plantada, contra diminuição de mais de 10,0% na de soja, e das cotações futuras do grão, atingindo os maiores patamares em uma década.

Tais avaliações ignoram ou negligenciam, ao menos aparentemente, as alternativas de produção de energia à base de álcool a partir do emprego de celulose e de cana-de-açúcar, aproveitando a capacidade de expansão dessas atividades em nações como o Brasil, por exemplo, e diminuindo o peso dos subsídios recebidos pelo complexo fabricante de etanol nos Estados Unidos, superiores a US\$ 10,0 bilhões por ano. As estatísticas disponíveis revelam que, no Brasil, menos de 1,0% das áreas de terras agricultáveis estariam ocupadas com o plantio de cana destinado à produção de álcool, contra quase a mesma quantidade de pastagens com elevado grau de degradação.

Como se vê, existe um enorme espaço institucional para o tratamento das questões energéticas e de segurança alimentar de forma não concorrencial, particularmente no Brasil, que divide com os EUA a liderança nessas áreas. Para tanto, é necessária a definição e execução de uma estratégia agrícola com horizonte temporal médio e longo, que escape dos desgastados planos de safra, anunciados a cada ano, e recheados de propósitos conjunturais.

A PRORROGAÇÃO DA CPMF

Os meios especializados começaram a repercutir as idéias do ex-desenvolvimentista e atual ministro da Fazenda, Guido Mantega, centradas na negociação política, como o Congresso Nacional, da prorrogação do tempo de validade da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), pelo menos até o final do segundo mandato do presidente Lula. Pegaria carona nos acordos a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que, junto com a CPMF, terá o prazo de vigência esgotado em 31 de dezembro de 2007. Em troca da aprovação do projeto, as instâncias subnacionais teriam a benevolência do governo federal na liberação de alguns fundos públicos e na concessão de outros favores.

Lembre-se de que a DRU representa o pedaço orçamentário originário do antigo Fundo Social de Emergência (FSE), criado em 1994 e sucedido pelo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), entre 1996 e 1999, que retém 20,0% das receitas da União, sujeitas ao compartilhamento com estados e municípios, para despesas sociais prioritárias.

A proposta oficial prevê a manutenção da alíquota em 0,38% e o lançamento de um cronograma de desoneração específica das operações de crédito, partindo do pressuposto de que medidas lineares permitiriam reduções pouco relevantes, em razão do forte comprometimento da arrecadação da CPMF com dispêndios fixos e pouco comprimíveis como juros e previdência.

Por certo, não seria prudente a promoção de diminuições abruptas das receitas de uma contribuição que representa mais de 8,0% da arrecadação da União, suplantando o IPI e o PIS/PASEP, especialmente devido à ausência de incidência direta sobre os patamares de investimento. Contudo, o praticamente insuportável fardo tributário carregado pelo sistema produtivo do País exigiria a preparação de um projeto mais audacioso.

Tal proposição deveria conter a eliminação da cobrança da CPMF para algumas atividades estratégicas e a redução gradativa e permanente do gravame para os demais segmentos, pois a cobrança elevada, em cascata e neutra com respeito à concentração de renda brasileira anula seus efeitos positivos no encurtamento da informalidade.

Depois das recentes afirmações do presidente Lula, dando conta de que os projetos de reforma tributária, disponíveis no Legislativo, não atenderiam mais às necessidades do País, os

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

agentes econômicos possuem o pleno direito de imaginar que, também para essa área, o governo estaria desprovido de propostas consistentes. Nessas circunstâncias, além da unificação do ICMS, não seria descabido sugerir a junção das contribuições e dos fundos parafiscais (como FGTS, PIS, PASEP, entre outros) e a sua automática repartição com estados e municípios que, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprenderam a gastar melhor do que o governo federal.

O SUPRIMENTO DE GÁS NATURAL

O Brasil está prestes a viver um colapso no abastecimento de gás natural. No começo do governo Lula, contabilizava-se superávit de oferta de gás no País em decorrência dos contratos de suprimento celebrados com a Bolívia e da não realização dos investimentos em termoeletricidade, previstos pela gestão de Fernando Henrique Cardoso depois do choque energético de 2001.

Por conta disso, houve a implementação do Programa de Massificação do Uso de Gás, e, conseqüentemente, expressiva elevação dos investimentos, envolvendo a construção de redes de canalização por distribuidoras estaduais e o estímulo à reconversão energética de indústrias ainda intensivas em derivados de petróleo e de parte da frota de veículos.

Essa postura surpreendentemente desatrelada de qualquer estratégia de precificação, baseada no comportamento dos mercados externo e interno (insumos substitutos), e de ampliação das inversões na produção interna e na malha de transportes do produto pela Petrobrás, provocou incremento na utilização de gás a um ritmo superior a 10,0% ao ano.

Com o surgimento dos embaraços criados pela administração Evo Morales e da transferência do controle da exploração de gás boliviano à estatal YPBF, os riscos iminentes de apagão logístico (liderados por transportes em geral e energia) foram engrossados pelo componente gás natural. O certo é que, em breve, haverá acréscimo de 20,0% no preço do gás, justamente em um período de diminuição do custo do insumo procedente da Bolívia em face da queda das cotações do petróleo no mercado internacional e da apreciação do real.

As autoridades, e especificamente a Petrobrás, empenham-se, de um lado, em promover diminuição do consumo em curto prazo, mediante a criação de barreiras à renovação dos contratos de fornecimento de gás às distribuidoras e o abandono do compromisso de abastecimento do produto às novas usinas, e, de outro, em focar as atenções para a possibilidade concreta de déficit crônico de oferta através da instituição do Programa de Antecipação da Produção de Gás (Plangas).

Tal iniciativa está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nela estão definidas intenções de alcance de produção interna de gás de mais de 71 milhões de metros cúbicos por dia em 2010, contra os atuais 27 milhões, e de instalação de duas unidades de regaseificação de até 20 milhões de metros cúbicos/dia de gás liquefeito de petróleo até 2009. A julgar pelo ritmo de execução das metas contidas no PAC, não seria absurdo preferir o benefício da dúvida quanto aos resultados projetados no tempo estimado.

A QUEDA DA INADIMPLÊNCIA NO BRASIL

O exame de dois grupos de dados recentes acerca dos níveis de inadimplência no Brasil propiciam o descarte de cenários mais sombrios sobre o futuro imediato da economia brasileira, especialmente quando consideradas as condições de solvência dos agentes econômicos (empresas e consumidores).

De um lado, conforme levantamentos do Serasa, as solicitações e as decretações de falências no País caíram 28,3% e 26,5%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2007, diante de idêntico intervalo de 2006. Em linha antagônica, as recuperações judiciais requeridas recuaram apenas 1,6% e as deferidas aumentaram 47,0%, sinalizando um panorama econômico financeiro menos animador para as companhias. De outro lado, de acordo com apurações da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o volume de cheques devolvidos por ausência de fundos recuou 15,3% no período.

Tal ambiente pode ser imputado à inquestionável continuidade da recuperação do mercado interno, ancorada no aumento da oferta de crédito, sobretudo daquele consignado com desconto em folha de pagamento, no alongamento dos prazos de pagamento das prestações, na elevação da massa de salários (por conta do acréscimo dos patamares de emprego e de salários, liderados pelos reajustes do mínimo) e na ampliação das transferências de renda, capitaneadas pelo programa Bolsa Família. No caso dos cheques, tem-se ainda a justificativa da menor utilização em benefício dos cartões.

Contudo, a raiz da compressão da inadimplência estaria no fim da instabilidade inflacionária, o que facilitou tanto a definição e execução das estratégias de investimento das empresas quanto o gerenciamento dos orçamentos das famílias, exercício impraticável nos tempos de inflação descontrolada e, conseqüentemente, de deterioração da capacidade de compra dos rendimentos dos trabalhadores e de interrupção da concretização dos empreendimentos privados na órbita produtiva.

A transformação desse ambiente circunstancialmente mais estável em uma fase de retomada sustentada do crescimento, como apregoam o governo e as correntes mais otimistas do mercado, requer mais audácia e ação, no sentido da introdução de mudanças na atual gestão econômica, e menos retórica triunfalista, como a que passou a dominar as hostes oficiais desde a divulgação do novo Produto Interno Bruto (PIB) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no mês de março de 2007.

Depois disso, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, deixou de carregar o rótulo de desafeto técnico do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para receber o título de competente.

EFEITO ESTADOS UNIDOS OU MADE IN BRAZIL

É quase consenso entre os analistas que os entraves à retomada econômica auto-sustentada do Brasil possuem raízes eminentemente domésticas ou *made in Brazil*. Mesmo assim, é impossível deixar de contemplar que o progressivo declínio dos preços, da produção e da comercialização de imóveis nos Estados Unidos (EUA) representa clara sinalização aos agentes econômicos

e políticos quanto aos riscos de desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial, derivados da diminuição do crédito, do consumo e do investimento a partir da elevação dos patamares de inadimplência.

Por certo, houve substancial diminuição do peso da economia norte-americana na dinâmica mundial – de cerca de 28,0% em 1950 para 20,0% em 2006, segundo cálculos do Fundo Monetário Internacional (FMI) –, especialmente depois da curva exponencial experimentada pelos asiáticos, liderados pela China, e da valorização do euro. No período mencionado, as nações em desenvolvimento incrementaram sua contribuição na formação da renda mundial para mais de 50,0%, com a China representando 14,0%, e a Índia 6,0%. A União Soviética recuou de 13,0% para 6,0%, e o Brasil ampliou de 1,7% para 2,7%.

Não obstante, é impossível ignorar a relevância da demanda interna e do dólar e do mercado financeiro americano para o comércio e os fluxos de capitais globais e, conseqüentemente, o potencial de deflagração de turbulências em ambientes de liberalização comercial e financeira. Essa anomalia teria maior poder de interferência em mercados mais voláteis como o brasileiro, apesar da melhoria recente verificada nos indicadores de solvência externa e na diversificação dos destinos da produção exportação e dos parceiros comerciais.

Nesse caso, os ganhos podem se revelar efêmeros por se sustentarem na prática de juros reais elevados e na sobreapreciação da taxa de câmbio, provocada pela expansão ancorada em poupança externa, em clima de maximização das relações de troca associada à valorização das *commodities* nos mercados internacionais.

Esse tipo de funcionamento do sistema econômico, adequado aos interesses dos intermediários financeiros e das categorias políticas a eles atrelados, impede uma drástica redução das taxas de juros, condição essencial para o desmonte da progressiva e anárquica estrutura tributária brasileira. Frise-se que a nociva carga de impostos favorece a transferência de renda dos segmentos produtivos para os rentistas do mercado financeiro, responsáveis pela rolagem dos papéis da dívida do governo, ainda excessivamente concentrada no curto prazo.

A ESTAGNAÇÃO DO PAC

Decorridos pouco mais de cinco meses desde o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo governo federal, parece razoável admitir uma caminhada a passos de cágado. De fato, não bastasse mais a presença de componentes de mídia e menos de ações concretas rumo à viabilização das metas anunciadas, percebe-se a absoluta ausência da relação de obras prioritárias, sequer para o exercício de 2007, justamente as que deveriam ficar à margem das decisões de contenção do orçamento e ser suprimidas dos objetivos de superávits fiscais primários.

Convém recordar que, fora as vultosas iniciativas estatais, os empreendimentos integrantes do PAC dependentes de recursos federais configuram a essência da estratégia de pronunciada elevação dos investimentos em infra-estrutura, por meio do relaxamento do aperto fiscal durante o segundo mandato do presidente Lula, aspecto explicativo da enorme mobilização de prefeitos, governadores e parlamentares na disputa das prováveis verbas.

De resto, a fração do PAC presa ao legislativo reproduz apenas a aglutinação de projetos e idéias pretéritas, que há anos

entopem os escaninhos do Congresso Nacional devido à sua heterogeneidade, explicitada, por exemplo, pela inclusão da extinção da Rede Ferroviária Federal e a implantação da reforma tributária. Dessa pauta, somente a correção da tabela do Imposto de Renda passou a valer por medida provisória, a partir de acordo firmado entre governo e Centrais Sindicais.

Acrescente-se, nesse imbróglio, a provável não aprovação de medidas mais pesadas, como a limitação dos reajustes da folha de pessoal dos três poderes em 1,5% acima da inflação. Aliás, todas as providências de natureza fiscal contidas no PAC tendem a esbarrar na secular resistência das instâncias subnacionais em perder arrecadação e/ou comprimir gastos correntes, em um cenário de necessidade de arregimentação de recursos financeiros para o cumprimento das demandas acordadas no ciclo eleitoral de 2008.

No final das contas, supondo as consideráveis barreiras à tramitação e aprovação rápida da reforma tributária, a concretização do PAC estará irremediavelmente presa ao desenvolvimento das negociações políticas visando à obtenção da prorrogação dos prazos de vigência da Contribuição Provisória para Movimentações Financeiras (CPMF) e da DRU (desvinculação das receitas da União), peças-chave à continuidade do ajuste provisório das finanças do setor público.

Nesse contexto, é pouco provável a decolagem dos projetos de inversões privadas, capazes de garantir o “espetáculo do crescimento” de 5,0% ao ano e retirar o Brasil da incômoda segunda divisão da dinâmica econômica mundial.

A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

O intervalo de tempo compreendido entre 1995 e 2006, caracterizado pelo lançamento das bases e consolidação da estabilidade monetária no Brasil, foi também marcado por progressiva concentração técnica das atividades bancárias, estreitando o espaço para a competição e a oferta de opções aos tomadores de crédito.

Em tal período, 40 instituições deixaram de existir (queda de 144 para 104) e a categoria constituída pelas vinte maiores ampliou de 83,0% para 92,0% sua participação nos ativos totais. Em paralelo, observou-se diminuição da presença dos bancos públicos, que recuaram de nove (entre os vinte), em 1995, para cinco em 2006, ou de 66,0% para 36,0% dos ativos, conforme levantamentos do Banco Central (BC). Já o conjunto de bancos estrangeiros a compor a lista top subiu de cinco para nove.

Esse fenômeno decorreu da deflagração de acentuado processo de fusões, aquisições e, principalmente, privatizações dos bancos estaduais ocorrido naquele lapso de tempo. As desestatizações de bancos mais expressivas foram do Banespa e do Banestado, que por vários anos cobriram déficits de caixa do tesouro dos respectivos estados. Depois de saneadas, os ativos foram comprados pelo espanhol Santander (R\$ 7,0 bilhões) e pelo nacional Itaú (R\$ 1,6 bilhão), respectivamente.

No caso das organizações privadas, o negócio que mais chamou a atenção foi a aquisição do grupo Bamerindus pelo conglomerado inglês HSBC, depois da operação de socorro do grupo nacional promovida no âmbito do Programa de Reestruturação dos Bancos (Proer), implementado no Brasil ao longo da década de 1990.

É curioso notar que a natural expansão das escalas de captação de recursos associada à elevação da oligopolização do segmento, e as dificuldades de operação das agências de reduzida dimensão não se traduziram em redução dos *spreads*.

GRAU DE INVESTIMENTO E CORRUPÇÃO

Os meios especializados começaram a trabalhar com a hipótese de o retorno dos episódios de corrupção, envolvendo autoridades do (ou ligadas ao) governo, particularmente a Operação Navalha e as ligações do presidente do Senado com empreiteiros, poder interromper a rota favorável descrita pelas avaliações de risco preparadas por instituições financeiras internacionais do porte da Fitch, da Moody's e da Standard & Poor's.

O maior temor dos analistas reside no fato de os desmandados de natureza política poderem retardar a obtenção do grau de investimento pelo País, conferido por agências internacionais a um clube de nações cujo risco de moratória da dívida externa é praticamente nulo, como México e Rússia, representando uma espécie de salvo-conduto para a contratação de financiamentos externos baratos por empresas públicas e privadas atuantes no território brasileiro.

Por certo, as entidades internacionais encarregadas pelos mercados financeiros para avaliar a saúde econômica dos países suprem tal tarefa examinando os indicadores de vulnerabilidade externa e interna (magnitude e qualidade dos dispêndios públicos), acoplados à interpretação de fatores qualitativos como grau de corrupção e de liberdade individual, ambiente regulatório, cumprimento de regras contratuais, clima de negócios, inversões em educação, dentre outros determinantes da capacidade de crescimento.

A importância relativa de cada um desses parâmetros pode sofrer alterações ao longo do tempo, dependendo, também, da empresa de avaliação. Contudo, é possível identificar um traço comum no comportamento de todas as instituições, reproduzido no efeito multiplicador dos escândalos, principalmente quanto ao perigo de contaminação na forma de descontinuidade da política econômica e das reformas institucionais, por conta da provável paralisia das atividades no Congresso Nacional.

Nesse particular, parece relevante ter presente uma saudável reduzida associação entre os acontecimentos negativos na esfera política e a conjuntura macroeconômica, notadamente quando à capacidade de pagamento dos compromissos externos, desde o Mensalão até a saída de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda.

A TENDÊNCIA DOS GASTOS NOS ESTADOS

As consecutivas diminuições nas taxas básicas de juros da economia, ainda que não atinjam de pronto e/ou com a mesma intensidade o preço intermediário e final do crédito, e o panorama de reativação da produção e dos negócios representam fatores de abrandamento das pressões sobre as finanças governamentais, dos quais os entes federados tencionam partilhar.

Na verdade, parte substancial dos passivos dos estados e municípios foi refinanciada e transferida ao Tesouro Nacional entre 1997 e 2000, com prazos de vencimento superiores a trinta anos, em troca da alocação de 13,0% da receita líquida anual para a cobertura

da amortização do serviço da dívida (encargos e juros), suficiente para igualá-la ao volume da receita no intervalo de reestruturação (Lei 9.496/97).

Na seqüência, o Senado da República estabeleceu em duas vezes o montante da receita corrente líquida para o estoque do endividamento (1,2 vezes para os municípios) e em 11,5% o grau de comprometimento da receita com o pagamento das dívidas, conforme a Resolução n.º 43 de 2001. As unidades que excedessem esses limites deveriam promover redução gradativa, sob pena de perda de novos créditos e das transferências voluntárias da União. Mais adiante, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proibiu qualquer tipo de modificação nos contratos de renegociação celebrados.

Com isso, a relação da dívida sobre a arrecadação corrente líquida dos estados declinou de 171,0% para 143,0% entre 2002 e 2006, com quatorze deles em condições de cumprimento das regras de reestruturação. Ainda assim, observaram-se elevações do endividamento em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Alagoas.

Por certo, afigura-se correta a busca de saídas para a expansão dos investimentos nos estados, particularmente nas áreas estranguladas de infra-estrutura econômica e social, que não penalizem os avanços registrados na disciplina fiscal, na produção de superávits fiscais primários (inferiores a 3,0% do Produto Interno Bruto) e na LRF.

O Ministério da Fazenda já sinalizou que a elevação dos investimentos das unidades federadas tem que ser coberta por esforços incrementais de arrecadação de tal forma que, no conjunto, estas continuem contribuindo com 0,95% do PIB para o saldo primário das contas públicas.

Há que se evitar o retorno da farra financeira predominante nas décadas de 1980 e 1990, protagonizada pelos bancos estaduais que operavam como autênticas autoridades monetárias, emitindo dívida em títulos para a cobertura dos déficits dos respectivos governos, com a devida complacência do Banco Central.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E RESTRIÇÕES LOGÍSTICAS

É praticamente consensual o diagnóstico de que a atual fase de recuperação da economia brasileira vem esbarrando em elevação de custos privados, derivada das crônicas limitações da logística de transportes do País. Isso porque, além dos entraves indiretos, de caráter produtivo, como a escassez de oferta de caminhões e de navios e atrasos nas entregas, emergem os problemas de deterioração do modal rodoviário, insuficiência do ferroviário e os embaraços de natureza física e de gestão na área portuária, incompatíveis com as complicadas demandas de um ambiente de interesses heterogêneos.

Se, em curto prazo, tal anomalia ainda encontra compensação no dólar desvalorizado, em horizontes temporais mais prolongados, o calo infra-estrutural deve ficar mais latente, pois apenas as despesas de transporte e logística respondem por quase 13,0% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, contra 8,0% nos Estados Unidos (EUA).

As rodovias e ferrovias respondem por 60,0% e 23,0%, respectivamente, dos transportes de cargas no Brasil, enquanto nos EUA representam 26,0% e 40,0%. Ressalte-se que a modalidade ferrovia no Brasil é fortemente concentrada em operações envolvendo minério de ferro.

Ademais, enquanto o Brasil aplicou menos de US\$ 2,0 bilhões em rodovias nos últimos dois anos, a China investiu US\$ 70,0 bilhões, a idade média das frota é de dois decênios, operada em quase 50,0% por motoristas autônomos e, para piorar, conforme o próprio governo, menos de 4,0% dos recursos para infra-estrutura, previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foram efetivamente aplicados até o final do mês de maio de 2007.

Levantamento preparado pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) no ano de 2006 apontou que mais de 40,0% das estradas brasileiras encontravam-se em estado “ruim e péssimo”, e outras 40,0% poderiam ser qualificadas como regulares.

Essa constatação é particularmente perversa para um país que, na segunda metade da década de 1950, alterou a matriz de transportes do projeto de desenvolvimento, esboçado pelo governo Getúlio Vargas. Mais precisamente, no intervalo 1956-1960, durante o Plano de Metas da gestão Juscelino Kubitschek (JK), privilegiou-se a modalidade rodoviária, em detrimento da ferroviária (menos custosa e mais interiorizada), em atendimento aos interesses do capital multinacional que decidiu aportar no Brasil.

AS RAZÕES DA ELEVAÇÃO DO PREÇO DO LEITE

Em meio à estabilidade da inflação, conquistada a duras penas pela sociedade brasileira, ao longo dos últimos treze anos, o orçamento dos consumidores vem sendo atingido negativamente pelo recente movimento de elevação dos preços do leite e derivados. Desta feita, parece razoável a suposição de que o exercício de poder de mercado, por parte das empresas líderes, apresenta influência residual no desenho da conjuntura, na ausência dos tabelamentos de preços prevalecentes no passado recente.

Assim, à primeira vista, tal fenômeno poderia ser imputado a aspectos sazonais, associados à entressafra, particularmente à

redução de oferta no intervalo de tempo ocupado pelas estações de outono e inverno. Contudo, emergem outros componentes explicativos da rota ascendente dos preços de comercialização dos derivados lácteos.

Pelo lado da oferta, sobressai a redução do número de produtores rurais, motivada pela substituição de pasto por cana-de-açúcar, na esteira da onda dos biocombustíveis. Houve também a impulsão de custos, derivada da majoração dos preços pagos na aquisição de ração, ligada à subida das cotações da soja e do milho, e o declínio da produção mundial, justificada pela estiagem na Austrália, o excesso de chuvas na Argentina, a diminuição dos subsídios concedidos aos produtores da União Européia, a estagnação da safra e a elevação das despesas (aumento do preço do milho) nos EUA e na Nova Zelândia, e a compressão dos estoques de leite em pó.

Pela ótica da demanda, figura a intensificação da disputa pela matéria-prima, em face da ampliação do número de plantas de laticínios na Região Sul, articulada à forte expansão do mercado externo. O acréscimo da demanda internacional, capitaneado por China, Índia e América Latina, provocou ascensão das cotações do leite em pó (em US\$) superior a 100,0% entre 2006 e 2007, o que compensou os prejuízos amargados pela atividade com a valorização do real frente ao dólar.

Ainda assim, é interessante rotular o episódio como uma marcha de recuperação de rentabilidade da cadeia produtiva do leite, que atravessou uma etapa que combinou decréscimo dos preços pagos aos produtores, desde o segundo semestre de 2005, e subida dos dispêndios de produção, por conta da impulsão das cotações das matérias-primas no mercado mundial.

Mesmo contando com a entrada da produção dos rebanhos de bacias adaptadas a condições climáticas mais rigorosas e a maior utilização das pastagens de inverno, o panorama altista deve persistir até o final do terceiro trimestre de 2007, em virtude dos efeitos sincronizados da entressafra e do aquecimento da demanda mundial.

Paraná - Destaques Econômicos*

*Guilherme Amorim**, Leonardo Marcon Weber, Mário Ricardo Mallassa e Monique Lovera Pastro****

AGROINDÚSTRIA

Grupo de sucroalcooleiras investe em logística

A CPA Trading, *pool* formado por dezesseis usinas sucroalcooleiras do Estado, investirá R\$ 60 milhões em um terminal multimodal. Localizado entre os municípios de Sarandi e Maringá, ao lado da linha férrea, terá capacidade estática de armazenamento de R\$ 120 milhões de litros de álcool e 200 mil toneladas de açúcar. Dverá ser inaugurado em maio de 2008.

Outros R\$ 30 milhões serão investidos em instalações no Porto de Paranaguá. O armazém de preparo de álcool, com capacidade para 45 milhões de litros, será adaptado para atender diferentes segmentos de mercado.

A CPA deverá movimentar 1 bilhão de litros de álcool na safra 2007/2008, o que corresponde a 60% da produção esperada do Estado. Deste montante, espera-se enviar 400 milhões de litros para o exterior.

FERREIRA, Giovanni. Grupo investe R\$ 90 milhões na logística do açúcar e álcool no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 maio 2007. p.22.

Friboi expande mercado

O frigorífico Garantia, que pertencia ao grupo Torlim, foi adquirido pela JBS S.A. por cerca de R\$ 80 milhões. A planta de Maringá deve ser ampliada e modernizada, passando a abater 1.500 animais diariamente. O retorno das operações está previsto para agosto deste ano. A JBS, controladora do frigorífico Friboi, possui 22 plantas no País e exportou o equivalente a R\$ 2,4 bilhões no ano passado, indicando um crescimento de 36,2% na receita líquida de 2005 para 2006.

A Friboi planeja aumento de capital, através de emissão de ações, para financiar a compra da Swift Foods & Company. Com a aquisição da empresa americana, a Friboi se tornará a maior empresa do mundo em carne bovina e diversificará seus negócios com a entrada de carne suína. Além das doze plantas adquiridas

na negociação, ganhará acesso a mercados como os Estados Unidos, Canadá, México, Austrália e União Européia. O bloco europeu absorve 8,2 milhões de toneladas de carne bovina por ano. A empresa também poderá alcançar mercados aos quais a carne brasileira *in natura* ainda não tem acesso por restrições sanitárias, como Japão, Taiwan e Coréia do Sul.

CHIARA, Márcia de. Empresa está em crise, mas abre mercados. **O Estado de S. Paulo**, 30 maio 2007. Economia, p.B14.

FRIBOI "avança" sobre a Swift Foods. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 maio 2007. p.36.

IORE, Andye. JBS-Friboi compra o Frigorífico Garantia, que fechou em abril. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 maio 2007. p.25.

IORE, Andye. Unidade de Maringá deve retomar abate até agosto. **Gazeta do Povo**, 30 maio 2007. p.17.

MILANESE, Daniela. Friboi fará aumento de capital para pagar a Swift. **O Estado de S. Paulo**, 12 jun 2007. Economia, p.B19.

POR Swift, Friboi vai aumentar capital. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 jun. 2007. Empresas, p. B13.

ROCHA, Alda do Amaral. Friboi compra Swift por US\$ 1,4 bilhão. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 maio 2007. Empresas, p.B14.

ROCHA, Alda do Amaral. Friboi compra unidade no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 maio 2007. Empresas, p.B14.

Copacol investe em ampliação

A Copacol inaugurou seu abatedouro em maio de 1982, em Cafelândia, com capacidade de abate de 72 mil frangos/dia. Atualmente abate 270 mil aves/dia e está investindo R\$ 60 milhões para ampliar a produção para 330 mil unidades/dia, no próximo ano.

O oeste do Estado do Paraná lidera a produção de frangos no Brasil. Com um abate atual de 1,2 milhão de cabeças/dia, é responsável por 25% da produção total do País. A região possui um total de sete frigoríficos, sendo cinco de propriedade de cooperativas.

PORTELA, Miguel. 25 anos e 25 % do mercado de aves. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 maio 2007. Caminhos do Campo, p. 8.

*Elaborado com informações disponíveis entre 01/05/2007 e 30/06/2007.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Perdigão em Tibagi

A Perdigão pretende instalar, por meio de acordo com produtores rurais, 40 granjas de suínos em Tibagi. O financiamento das granjas será feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, para obtê-lo, cada produtor deve possuir propriedade com valor 150% superior ao montante do empréstimo.

PERDIGÃO pretende implantar 40 granjas em Tibagi. **Folha de Londrina**, 20 jun. 2007. Economia, p.4.

INDÚSTRIA

Usina no Paraná

O Grupo Santa Terezinha planeja construir em Santo Antônio do Caiuá (região noroeste do Paraná) uma unidade de produção de açúcar e álcool. O investimento previsto é de R\$ 180 milhões.

USINA no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 maio 2007. Empresas. p.B14.

Usina de açúcar e álcool em Paranavaí

No dia 10 de maio foi assinado o protocolo de intenção para construir no município de Paranavaí uma usina de álcool e açúcar, a Brazcana, que deverá ficar pronta em 2010. A usina será instalada em uma área de 20 alqueires às margens da rodovia que liga o distrito de Sumaré a São João de Caiuá. O projeto tem investimento previsto em R\$ 130 milhões, advindos de empresários de Paranavaí, Maringá e Cascavel. Estima-se produção inicial de 120 milhões de litros de álcool por ano, e faturamento aproximado de R\$ 100 milhões. Inicialmente, 18 mil hectares de cana devem ser plantados na região, o equivalente a 1,5 milhão de toneladas. Em uma segunda etapa, a área plantada deve aumentar para 30 mil hectares. Planeja-se adotar um modelo de cooperativa, em que os agricultores possam negociar o preço da matéria-prima com a indústria.

PARANAVÁI terá usina de álcool e açúcar. **Folha de Londrina**, 9 maio 2007. Economia, p.1.

Sadia investe em reformas

Com um investimento de R\$ 19 milhões, o armazém frigorificado da Sadia no porto de Paranaguá (PR) será ampliado e modernizado. As novas instalações ocuparão 5.520 metros quadrados. Sua capacidade será expandida, então, de 3,1 mil toneladas para 8,5 mil toneladas. Passará a ter capacidade de operar contêineres e não só *break bulk* (sistema convencional de transporte marítimo de cargas geral, transportada solta em volumes individuais). Com isso, o terminal passará a receber 700 mil toneladas de congelados por ano. A empresa exporta cerca de 1 milhão de toneladas por ano entre aves, bovinos, pratos prontos e embutidos para cerca de 60 países. Cinco das treze unidades da Sadia estão no Paraná: em Ponta Grossa, Dois Vizinhos, Paranaguá, Toledo e Francisco Beltrão. Aproximadamente 70% das suas exportações são realizadas através dos portos de Paranaguá e de Antonina. A Sadia deve, ainda, destinar cerca de R\$ 180 milhões para a reconstrução da fábrica de empanados em Toledo, que foi

destruída por um incêndio em novembro do ano passado. Sua reinauguração deverá ocorrer no primeiro semestre de 2008.

BERTOLDI, Andréa. Sadia inaugura armazém frigorificado no porto. **Folha de Londrina**, 17 maio 2007. Economia, p.4.

FÉLIX, Rosana. Sadia investe em exportação sem se importar com recuo do dólar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 maio 2007. p.25.

LIMA, Marli. Sadia planeja construir novo abatedouro de suínos em SC. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 maio 2007. Empresas, p.B2.

MARÍTIMO. **Folha de S. Paulo**, 16 maio 2007. Dinheiro, p.B2.

Porcelana Schmidt demite

Uma reestruturação operacional da Porcelana Schmidt envolveu a demissão de 442 funcionários em suas três unidades. Em Campo Largo foram 211, representando 46% do total de trabalhadores da unidade. Em Mauá (SP) foram demitidas 124 pessoas, e em Pomerode (SC) foram 107.

Segundo a direção da empresa, a Schmidt passa por um processo de redução de custos, pois a porcelana importada da China compete com seus produtos a preços aproximadamente 66% menores.

MANECHINI, Guilherme. Reestruturação da Schmidt começa com 211 demissões. **Valor Econômico**, São Paulo, 1 maio 2007. Empresas, B9.

KOHLBACH, Karlos. Schmidt demite 221 em Campo Largo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 maio 2007. p.21.

CSI Cargo assume logística interna da Renault

A multinacional argentina CSI Cargo, que tem unidade em São José dos Pinhais, assumiu em março a logística interna da fábrica da Renault, no mesmo município, em um contrato com vigência de três anos. Serão investidos R\$ 4 milhões em equipamentos de movimentação.

A CSI atende outras grandes empresas no País, como a Volkswagen, a PepsiCo e a Siemens.

SCHEFFER, Cinthia. Empresa argentina assume a logística da Renault no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 maio. 2007. p.20.

Fábrica de fertilizantes em Paranaguá

A Yara, maior empresa de fertilizantes do mundo, deverá inaugurar a quarta unidade de mistura do País em Paranaguá.

LOPES, Fernando. Faturamento mundial da Yara próximo de US\$ 10 bi. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 maio 2007. Empresas, p.B13.

Grupo Bitway instala-se em Piraquara

O grupo baiano Bitway abrirá sua primeira filial fabril em Piraquara, na região metropolitana de Curitiba (RMC). A fabricante de computadores investirá no mínimo R\$ 4 milhões no projeto e pretende chegar a uma capacidade produtiva de 50 mil unidades por mês, sendo geradas aproximadamente 250 vagas.

A primeira linha de produção atenderá a encomendas vindas do Sul e Sudeste e deve operar a partir de setembro.

A escolha do município deve-se à proximidade do eixo econômico do País, à boa infra-estrutura e à qualificação da mão-de-obra, além da isenção do Imposto sobre Serviços (ISS) pela prefeitura.

O grupo, cujo foco é a venda de computadores ao consumidor final, deverá instalar duas outras empresas no município, a Incoel e a Ata, para atendimento pós-venda e assistência técnica.

FÉLIX, Rosana. Fabricante de computadores terá filial de até R\$ 5 milhões em Piraquara. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 jun. 2007. p.22.

Renault investirá em preservação

Neste ano, deverão ser investidos até R\$ 5 milhões pela Renault do Brasil em preservação ambiental no complexo Ayrton Senna, em São José dos Pinhais. A mesma meta foi definida para 2008. Nos últimos cinco anos, aproximadamente 20 milhões foram investidos nesta área pela montadora. Parte do valor previsto para 2007 e 2008 será destinada a um projeto de redução de 10% do consumo de água por veículo fabricado. O consumo de energia deve cair 15%, e o de gás natural, 5%. A empresa também planeja aumentar a proporção de componentes recicláveis em seus produtos.

JASPER, Fernando. Renault vai investir até R\$ 5 mi em preservação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 jun. 2007. p.19.

GasTech investe em Londrina

Com investimento de R\$ 20 milhões, a GasTech instalou em Londrina uma planta industrial de regasificação. A empresa transformará o combustível em estado líquido, da refinaria de Paulínia (SP), para o estado gasoso, e o fornecerá para indústrias, comércio e postos de combustíveis. Também será instalado um ponto próprio de abastecimento no local. O terreno de 6,54 mil metros quadrados foi doado pela prefeitura do município. Serão criadas 25 vagas de emprego.

GASTECH começa a instalar equipamentos. **Folha de Londrina**, 5 jun. 2007. Economia, p.4.

Perkons vence licitação no Peru

Uma união entre a Perkons, empresa com sede em Curitiba, e a argentina Sutech venceu a licitação para o projeto de monitoramento de trânsito de Callao, no Peru.

O consórcio foi contratado por US\$ 8 milhões e visa inicialmente à implantação de 60 semáforos e 43 equipamentos de fiscalização de velocidade nos próximos três anos. O projeto pretende não somente controlar a velocidade do trânsito do município, localizado na região metropolitana de Lima, mas deve também administrar o tráfego de pedestres e veículos durante dez anos. As empresas receberão percentuais de 35% a 50% do valor das multas emitidas.

A Perkons, fabricante de lombadas eletrônicas, teve faturamento anual de R\$ 105 milhões em 2006.

LIMA, Marli. Perkons leva lombadas eletrônicas para o Peru. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 jun. 2006. Empresas, B7.

Posigraf investe R\$ 50 milhões

A Posigraf, empresa do grupo Positivo, está investindo cerca de R\$ 50 milhões para ampliar em 40% a atual capacidade de produção. No mês de julho deve iniciar as atividades em seu novo

parque gráfico, que ocupa 60 mil metros quadrados e terá uma capacidade de 691 mil impressões por hora. O quadro de funcionários irá passar de 833 para 930 trabalhadores. Com a nova unidade, localizada na Cidade Industrial de Curitiba, a empresa deverá ter o maior complexo industrial do segmento no País. A empresa teve faturamento de aproximadamente R\$ 336 milhões em 2006 e possui a meta de aumentar este valor em 10% em 2007, e em 20% no próximo ano.

SCHEFFER, Cinthia. Grupo do PR investe R\$ 50 milhões para assumir liderança na indústria gráfica. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 jun. 2007. p.18.

Frangos Canção faz convênio para construção de aviários

Um convênio entre o Banco do Brasil e a Frangos Canção, de Maringá, disponibilizará financiamento de R\$ 16 milhões para a construção de cerca de oitenta aviários, com capacidade entre 33 mil e 35 mil cabeças cada.

O financiamento – de até R\$ 200 mil por produtor – terá taxa de juros de 8,75% ao ano, dois anos de carência e oito anos para o pagamento. Com esse convênio, a Frangos Canção pretende elevar a quantidade de abates diários de 85 mil para 150 mil aves. Essa expansão demandou investimento de R\$ 15 milhões em sua planta industrial.

MAZZINI, Fernanda. Nova linha de crédito incentiva avicultura. **Folha de Londrina**, 13 jun. 2007. Economia, p.3.

Leão Jr. investirá R\$ 16,5 mi em 2007

A Leão Júnior deve investir 16,5 milhões este ano, um investimento 83% maior que em 2006. Os recursos sairão do próprio caixa da companhia. As áreas de *marketing*, publicidade e desenvolvimento de produtos devem receber R\$ 9 milhões. Outros R\$ 7,5 milhões serão alocados nas áreas industrial, comercial e de informática.

BERTOLDI, Andréa. Leão Júnior investirá R\$ 16,5 mi neste ano. **Folha de Londrina**, 15 jun. 2007. Economia, p.4.

SCHEFFER, Cinthia. Coca-Cola eleva em 50% investimento na Leão Jr. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 jun. 2007. p.22.

Cascavel recebe empresas canadenses

O Grupo Delimax instalará no município de Cascavel duas empresas de sua propriedade, a Serval e a Jafaco do Brasil. O investimento de quase US\$ 25 milhões será empregado na construção de um frigorífico de bovinos, que terá por finalidade produzir embutidos de vitela, e de uma fábrica de nutrientes para animais.

Está prevista a criação de aproximadamente mil empregos diretos. A canadense visa atender, além da demanda interna, ao Mercosul e à Europa.

PORTELA, Miguel. Cascavel será sede brasileira de duas canadenses da área de alimentos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 jun. 2007. p.19.

COMÉRCIO

Grupo Évora inaugura supermercado em Londrina

Foi inaugurado em Londrina o supermercado São Francisco, o primeiro do Grupo Évora Comercial de Alimentos na cidade.

A loja consumiu investimentos da ordem de R\$ 1,5 milhão e emprega 115 pessoas. O grupo possui outras 12 lojas no noroeste do Estado e uma em Dourados (MS), além de um *shopping center* em Londrina.

MAZZINI, Fernanda. Évora inaugura 1.º loja em Londrina. **Folha de Londrina**, 3 maio 2007. Economia, p.3.

Feira de imóveis em Londrina

A 2.ª Feira de Imóveis de Londrina foi realizada no Centro de Eventos do Catuaí Shopping e promovida pelos Sindicatos dos Corretores de Imóveis de Londrina e Região (Sincil), da Habitação e Condomínios (Secovi-PR), da Indústria da Construção Civil do Norte do Paraná (Sinduscon), em conjunto com o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Paraná (Creci-PR).

Durante os três dias de duração, a Feira recebeu a visita de 8 mil pessoas e exposição de imobiliárias, construtoras, arquitetos e órgãos públicos, num total de 35 expositores e 6 mil imóveis em oferta.

Uma pesquisa realizada durante a feira revelou que 93% dos visitantes desejavam comprar um imóvel e somente 7% optavam pelo aluguel. A pesquisa mostrou também que 70% dos visitantes procuravam por empreendimentos residenciais, constatando-se a preferência por imóveis na faixa de R\$ 70 mil a R\$ 100 mil.

MAZZINI, Fernanda. Feira de imóveis traça perfil do consumidor. **Folha de Londrina**, 19 maio 2007. Economia, p.3.

MAZZINI, Fernanda. Feira oferta mais de 6 mil imóveis. **Folha de Londrina**, 18 maio 2007. Economia, p.1.

BR Malls aumenta seus investimentos

A BR Malls adquiriu 20% do *shopping* Curitiba. O valor do negócio não foi revelado. Desde novembro de 2006, a companhia realizou investimentos de R\$ 600 milhões em doze aquisições. A BR Malls, a maior empresa brasileira de *shopping centers*, administra ou tem participação societária em 37 *shopping centers* de todo o País. Em abril, concluiu sua oferta primária de ações, captando aproximadamente R\$ 605 milhões com a operação. Planeja, ainda, emitir R\$ 300 milhões em debêntures, visando adquirir participações em novos *shopping centers*.

BR Malls triplica investimentos em shopping centers. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 maio 2007. p.18.

BERTOLDI, Andréa, Expansão de *shopping* nos planos da BR Malls. **Folha de Londrina**, 26 maio 2007. Economia, p.3.

CAMACHO, Karen, Líder em *shoppings* triplica os negócios. **Folha de S. Paulo**, 28 maio 2007. Dinheiro, p.B3.

BR Malls emite. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 jun. 2007. Finanças, p.C1.

Supermercados investem na capital

Uma nova loja da rede Angeloni será aberta no bairro do Bigorrihlo e terá 18 mil metros quadrados, sendo 5,5 mil de área de

venda. O empreendimento, que exigiu investimento de aproximadamente R\$ 40 milhões, deve gerar 450 novos postos de trabalho.

A rede Condor investiu R\$ 12 milhões na reforma e ampliação de loja do Bairro São Braz, tendo sido contratados 120 funcionários para esta loja. Seu centro de distribuição foi ampliado e ganhou capacidade para abastecer a estrutura atual e mais dez lojas até 2010.

O Super Muffato inaugurou, na Vila Hauer, sua terceira loja na região de Curitiba. O projeto exigiu um investimento de R\$ 3 milhões, e foram contratadas 150 pessoas para a nova loja.

A rede Minimax, que nasceu de uma sociedade entre uma empresa brasileira e a europeia Rewe, investiu R\$ 1,2 milhão nas duas lojas da Minimax Pharmacy localizadas na capital. A meta é expandir para cinco unidades em dois anos.

O grupo americano Wal-Mart pretende reformar, até o final deste ano, doze estabelecimentos com as bandeiras Big e Mercadorama, pertencentes à rede.

CARNIERI, Helena. Condor espera faturar R\$ 1 bilhão este ano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 jun. 2007. p.20.

CARNIERI, Helena. Supermercados investem R\$ 60 milhões na capital. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 jun. 2007. p.20.

GUETHS, Maigue. Supermercados ampliam atuação no Paraná. **Folha de Londrina**, 26 jun. 2007. Economia, p.3.

LAUFER, Felipe. Minimax: de supermercado a farmácia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jun. 2007. p.20.

NOVA loja Angeloni. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 01 jun. 2007. p.37.

Hotéis Slaviero expande sua rede

A rede paranaense Hotéis Slaviero, que opera 13 hotéis (1,35 mil apartamentos) em Curitiba, Pinhais, Ponta Grossa, Joinville, Florianópolis e São Paulo, pretende contabilizar receita de R\$ 36 milhões até o final de 2007.

O grupo aposta em novos empreendimentos próprios, na incorporação de hotéis concorrentes e em novas parcerias. Foram seis novos empreendimentos incorporados desde 2005. Acordos com a TAM Linhas Aéreas e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) devem aumentar a margem de utilização dos apartamentos da rede.

SCHEFFER, Cinthia. Rede paranaense de hotéis investe em parceria para dobrar a receita em 2007. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 jun. 2007. Economia, p.8.

Paraná Banco abre capital

Após a conversão de ações ordinárias (ONs) em ações preferenciais (PNs) e homologação do Banco Central ao pedido de aumento de capital social, o Paraná Banco estreou na Bolsa de Valores.

A instituição era formada por 67,8% das ONs pertencentes à J. Malucelli Holding. Após a abertura de capital, sua participação passou a equivaler a 43,1% do capital do banco.

JASPER, Fernando. Paraná Banco quer captar até R\$ 680 milhões na bolsa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 maio 2007. p.21.

PARANÁ Banco estreia na bolsa com queda. **Folha de Londrina**, 15 jun. 2007. Economia, p.3.

PR Banco prepara abertura de capital. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 maio 2007. p.38.

SCHEFFER, Cinthia. Paraná Banco estreia em queda. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jun. 2007. p.20.

1,4 mil imóveis vendidos

Em Curitiba, o Feirão Caixa da Casa Própria movimentou cerca de R\$ 80 milhões em 1,4 mil negócios. Foram fechados 1.170 contratos, no valor de R\$ 57 milhões, por meio da Carta FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Foram oferecidos 7 mil imóveis, com valores entre R\$ 11 mil e R\$ 130 mil.

FEIRÃO vende 1,4 mil imóveis. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jun. 2007. p.18.

FOMENTO

Cafeicultores recebem benefícios

Desde o início de maio, os cafeicultores brasileiros estão tendo acesso a R\$ 100 milhões, destinados ao financiamento da colheita da safra de café pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Esse total, oriundo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), foi disponibilizado através do Banco do Brasil. O Ministério também repassou R\$ 120 milhões ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob).

Cada cafeicultor pode conseguir, por hectare, cerca de R\$ 1,44 mil. Os empréstimos estão limitados a R\$ 200 mil por produtor, com juros de 9,5% ao ano e 90 dias após a colheita para o início do pagamento.

Em meados de junho, os produtores de café também receberam R\$ 200 milhões, provenientes do Tesouro Nacional, para compensar as perdas da safra atual. Foi criado o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), que estabelece ganho máximo de R\$ 40 por saca para o produtor e preço mínimo de mercado por saca de café arábica de R\$ 300 reais. O produtor poderá vendê-lo por, pelo menos, R\$ 260 a saca. O prêmio limita-se a 5 milhões de sacas.

O Paraná possui cerca de 6% de sua área ocupada com o cultivo do café, cerca de 99,4 mil hectares. O Estado é o quinto maior produtor do Brasil.

BANCO do Brasil tem R\$ 100 milhões para colheita do café. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 maio 2007. p.8.

TESOURO ajudará produtores de café. **Folha de Londrina**, 16 jun. 2007. Economia, p.6.

PRODUTORES de café terão ajuda. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 jun. 2007. p.19.

Pronaf em Quatiguá

Foi confirmada pelo Banco do Brasil a liberação de 52 projetos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) para produtores rurais do município de Quatiguá (63 km ao sul de Jacarezinho).

BB libera Pronaf para produtores de Quatiguá. **Folha de Londrina**, 19 maio 2007. Economia, p.3.

MP auxilia devedores

Através da publicação da Medida Provisória 362, de 23 de maio de 2007, foi criado o Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA). Com recursos de R\$ 2,2 bilhões, pretende quitar os débitos de produtores a terceiros. Os recursos são oriundos da poupança rural e da parcela dos depósitos à vista que os bancos devem aplicar no crédito rural.

Produtores e cooperativas que contraíram dívidas com empresas de fertilizantes e defensivos, nas safras 2004/05 e 2005/06, podem ser beneficiados.

O funcionamento do fundo ainda depende de regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

FERREIRA, Giovani. R\$ 2,2 bi para pagar dívida com insumos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 maio 2007. p.24.

INACIO, Alexandre. Produtor terá R\$ 2,2 bi para pagar dívidas. **Folha de Londrina**, 24 maio 2007. Economia, p.4.

SAIKI, Lyrian. Sai MP parcelando dívidas agrícolas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 24 maio 2007. p.37

INFRA-ESTRUTURA

Rio Tibagi terá hidrelétrica da Copel

Com um orçamento de R\$ 950 milhões, será construída a usina hidrelétrica de Mauá, no Rio Tibagi. Deste valor, aproximadamente R\$ 570 milhões serão financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A outra parte será financiada pela Copel, Eletrosul e com recursos captados no mercado.

A usina, instalada entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, terá projeto elaborado pela paranaense Interterchne. A construção será feita pela J. Malucelli S/A, e as turbinas, geradores e outros equipamentos eletromecânicos serão fornecidos pela paulista GE Hydro. O contrato assinado com essas três empresas aproxima-se de R\$ 750 milhões; o restante será empregado em programas socioeconômicos e ambientais para a região da hidrelétrica.

Com reservatório de aproximadamente 96 quilômetros quadrados, a usina terá capacidade instalada de 362 megawatts. Prevê-se o início das obras para o segundo semestre deste ano, desde que concedida a licença do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

No empreendimento, a ser inaugurado em 2011, a Copel tem participação de 51%, e a Eletrosul, 49%. A energia gerada pela Mauá já foi vendida para 24 distribuidoras, por R\$ 6 bilhões, durante 30 anos.

JASPER, Fernando. Copel assina com J. Malucelli para construir usina. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 maio 2007. p.20.

LOPES, Rodrigo. Hidrelétrica terá investimentos de R\$ 950 mi. **Folha de Londrina**, 9 maio 2007. p.1.

Itaipu encerra projeto e inicia modernização

Em maio, a Hidrelétrica Itaipu Binacional encerrou seu ciclo de construção com a entrega oficial das duas últimas unidades geradoras, dentre as vinte projetadas. A penúltima opera desde setembro passado, e a última desde março. Assim, o Estado aproveita aproximadamente 71% de seu potencial hidrelétrico.

A hidrelétrica, que gerou 92,6 milhões de megawatts-hora (MWh) no ano passado, sendo 95% desse total direcionado ao Brasil, atendeu a 25% do total consumido no País. O restante, consumido pelo Paraguai, é responsável por 95% do consumo do país vizinho. As obras, previstas no projeto inicial, aumentaram a potência instalada

de 12,6 mil MW para 14 mil MW. A média de geração anual da usina deve chegar a 94 milhões de megawatts-hora.

A dívida da construção chega a US\$ 19 bilhões, mas o Tratado de Itaipu prevê o seu pagamento até o início de 2023. Está previsto para o fim do ano o início da execução do projeto de modernização das unidades geradoras preexistentes. Este, que tem custo estimado em US\$ 350 milhões, durará dez anos e tem expectativa de cem anos de vida útil às unidades.

FADEL, Evandro. Itaipu encerra ciclo, 33 anos depois. **O Estado de S. Paulo**, 11 maio 2007. Economia, p.B6.

JASPER, Fernando. Itaipu eleva para 71% uso do potencial hidrelétrico do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 maio 2007. Economia, p.2.

LIMA, Marli. Empresa inicia modernização de 18 turbinas. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 maio 2007. p.A6.

Copel tem lucro líquido de R\$ 283 milhões

A Copel obteve lucro líquido de R\$ 283 milhões no primeiro trimestre, o que representa um incremento de 65,8% no valor registrado em período análogo de 2006. A receita operacional líquida foi de R\$ 1,246 bilhão (aumento de 6,4%) e as despesas operacionais recuaram, fechando o trimestre em R\$ 780 milhões.

O patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 6,659 bilhões.

LAUFER, Felipe. Lucro da Copel cresce 65,8% no primeiro trimestre. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 maio 2007. p.21.

Sanepar divulga investimentos para os próximos três anos

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), que atua em 344 municípios do Estado, prevê 309 obras até 2010. Será um investimento de R\$ 2,222 bilhões para ampliar a oferta de água e tratamento de esgoto no Estado.

Está previsto para este ano um aporte de R\$ 465,7 milhões. Destes, aproximadamente 61% serão financiados, e o restante virá de recursos próprios. Para o próximo ano, os investimentos serão 36% superiores a 2007, cerca de 41% vindos de capital próprio. Em 2009, os investimentos serão semelhantes aos de 2008, aproximadamente R\$ 635,8 milhões, e em 2010 serão R\$ 486 milhões.

A empresa de capital misto (60% está sob o controle do governo do Estado e 39,7% pertence à Dominó Holding, formada pela Andrade Gutierrez Concessões, Daleth Participações, Sanedo e Copel Participações) espera ampliar a cobertura de sua rede de coleta e tratamento de esgoto para atender 5,5 milhões de pessoas, 1,5 milhão além da capacidade atual. A expectativa da empresa é gerar 333 mil empregos, dos quais 55,5 mil diretos.

O faturamento da Sanepar em 2006 foi de R\$ 1,244 bilhão, 3% superior ao ano anterior.

LIMA, Marli. Sanepar planeja investir R\$ 2,2 bi em água e esgoto até o final de 2010. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 maio 2007. Empresas, B10.

SERVIÇOS

Unifae investe em novo *campus*

Com investimento de R\$ 3 milhões, a Unifae Centro Universitário Franciscano, do grupo Bom Jesus, construirá um novo *campus*, que deverá ser inaugurado em fevereiro de 2008 e abrigará, inicialmente, cinco cursos.

A nova estrutura terá área de 52 mil metros quadrados e ficará no mesmo terreno do colégio Bom Jesus Nossa Senhora de Lourdes. Com a nova unidade, a Unifae pretende, em quatro anos, passar dos atuais 3,6 mil para 8 mil alunos.

CARNIERI, Helena. Unifae investe R\$ 3 mi para expandir atuação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 maio 2007. p.21.

Serra Verde Express renova contrato e estréia novo destino

A concessionária Serra Verde Express, que atua na ferrovia Curitiba-Morretes-Paranaguá, prevê para novembro a inauguração de um trem de luxo, que operará entre Ponta Grossa e Foz do Iguaçu.

Serão investidos R\$ 300 mil na reforma de uma litorina e R\$ 2 milhões em publicidade. Uma empresa de turismo belga terá participação de 50% na operação. A utilização da malha, por sua vez, está sendo acordada com a América Latina Logística, responsável pela ferrovia.

Na Serra do Mar, onde a empresa atua desde 1997, a concessão junto ao Ministério dos Transportes foi renovada por dez anos, com pagamentos mensais de R\$ 150 mil ao governo federal. O número de passageiros esperado para este ano é de 150 mil, 11% a mais que no ano passado.

FÉLIX, Rosana. Operadora prepara estréia de trem de luxo e renova a operação na serra. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 jun. 2007. p.5.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Londrina tem parceria para profissionalização

Em Londrina, está ocorrendo uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Associação de Desenvolvimento Tecnológico da Cidade (Adetec), as universidades da região, a SAP Brasil e a empresa Lint, com finalidade de capacitar profissionais.

A SAP Brasil treinará e capacitará profissionais para trabalhar junto a parceiros da empresa ou desenvolver softwares para a mesma. Serão ofertados cursos na área de marketing, programação Abap, recursos humanos, finanças e gestão.

A expectativa é contratar aproximadamente 800 profissionais até o final de 2008.

SILVEIRA, Fábio. Gigante de softwares vem ao PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 maio 2007. p. 22.

ZANON, Erika. Parceria deve gerar 300 empregos até dezembro. **Folha de Londrina**, 31 maio 2007. Economia, p.1.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 407	172 601	2 905	28 239	583 524	20 664
2007 ⁽¹⁾	12 732	27 642	2 171	57 358	180 205	3 142	27 292	624 646	22 888

ANO	CAFÉ			CANVA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	441 458	34 215 084	77 505	31 745	106 891	3 367
2007 ⁽¹⁾	99 226	110 031	1 109	547 547	46 273 500	84 511	42 260	148 442	3 513

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	591 041	820 134	1 388	169 574	3 786 668	22 330	2 495 303	11 631 152	4 661
2007 ⁽¹⁾	554 705	805 677	1 452	175 624	3 763 136	21 427	2 742 404	14 594 013	5 322

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 942 420	9 421 295	2 390	762 339	1 202 139	1 577
2007 ⁽¹⁾	394	1 101	2 794	4 009 228	11 939 184	2 978	852 340	2 103 440	2 468

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2007

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Abril	137 718	24 256	27 353
1998	854 517	236 358	193 435	Maio	153 136	31 044	35 409
1999	957 237	198 873	229 466	Junho	151 216	28 283	32 006
2000	1 041 412	181 113	235 315	Julho	156 148	23 409	35 519
2001	1 121 828	197 985	263 451	Agosto	167 791	27 108	36 645
2002	1 235 681	219 350	333 951	Setembro	157 287	28 803	32 619
2003	1 344 398	219 774	359 139	Outubro	158 758	28 228	34 968
2004	1 557 747	276 806	340 568	Novembro	155 421	25 939	35 006
2005	1 788 481	308 947	367 765	Dezembro	150 009	30 095	34 262
2006 ⁽¹⁾	1 856 061	316 898	390 394	2007 ⁽¹⁾	468 808	69 260	108 023
Janeiro	159 589	21 644	30 330	Janeiro	164 663	24 474	36 043
Fevereiro	146 023	22 502	28 110	Fevereiro	143 180	22 662	33 603
Março	162 965	25 587	28 167	Março	160 966	22 124	38 377

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2007

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2001	2 046	8 307
1977	1 356	8 826	2002	2 448	9 752
1978	1 614	9 636	2003	3 112	10 449
1979	1 635	12 575	2004	3 147	10 619
1980	1 936	13 482	2005	811	6 444
1981	1 954	14 105	2006	545	7 648
1982	1 179	6 606	Janeiro	62	450
1983	1 079	3 345	Fevereiro	82	484
1984	1 748	7 921	Março	67	633
1985	2 167	9 728	Abril	48	579
1986	2 029	10 588	Maio	44	849
1987	2 121	9 479	Junho	15	822
1988	1 567	8 847	Julho	-	897
1989	1 386	6 189	Agosto	24	582
1990	885	4 111	Setembro	46	657
1991	584	2 677	Outubro	50	671
1992	593	2 893	Novembro	56	551
1993	1 038	4 475	Dezembro	51	473
1994	1 707	9 011	2007	445	3 497
1995	859	5 095	Janeiro	78	403
1996	897	4 180	Fevereiro	64	548
1997	1 296	6 062	Março	90	744
1998	1 380	6 025	Abril	68	838
1999	1 351	4 854	Maio	145	964
2000	1 692	6 251			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2006

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006 ⁽¹⁾	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2005-2006

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2005	2006		2005	2006	
Exportação	10 022 668 933	10 001 941 223	-0,2	118 308 387 113	137 469 700 421	16,2
União Européia	3 118 383 337	2 982 919 264	-4,3	26 492 519 238	30 373 023 712	14,6
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 320 186 770	-7,2	18 552 197 089	20 792 729 949	12,1
Mercosul	946 408 327	1 261 698 747	33,3	11 726 093 723	13 950 426 317	19,0
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 255 989 679	1 218 390 239	-3,0	22 741 381 375	24 679 041 793	8,5
Aladi (exclusive Mercosul)	1 127 158 279	1 033 400 073	-8,3	13 702 190 590	17 431 581 054	27,2
Oriente Médio	636 604 302	811 978 579	27,5	4 286 140 965	5 745 275 369	34,0
África (exclusive Oriente Médio)	395 414 399	496 229 496	25,5	5 977 269 239	7 448 581 743	24,6
Outros	1 119 406 014	877 136 049	-21,6	14 830 594 894	17 049 040 484	15,0
Importação	4 527 221 972	5 977 952 974	32,0	73 605 508 858	91 383 878 181	24,2
União Européia	1 762 027 527	1 770 208 128	0,5	18 145 598 669	20 125 607 295	10,9
África (exclusive Oriente Médio)	625 640 601	1 229 935 776	96,6	6 661 978 129	8 088 572 006	21,4
Ásia (exclusive Oriente Médio)	546 762 798	831 369 348	52,1	16 870 088 655	22 886 357 634	35,7
Mercosul	561 366 680	756 177 796	34,7	7 053 699 522	8 967 789 544	27,1
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	470 315 971	523 376 138	11,3	12 852 734 192	14 850 531 742	15,5
Aladi (exclusive Mercosul)	191 671 436	315 035 186	64,4	4 562 816 436	7 345 732 353	61,0
Oriente Médio	297 895 452	118 432 981	-60,2	2 509 617 837	3 160 242 433	25,9
Outros	71 539 502	433 415 615	505,8	4 948 975 418	5 959 045 174	20,4

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A MAIO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-MAIO 2006		JANEIRO-MAIO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Carne de frango "in natura"	308 396 510	8,6	429 546 139	9,5	39,3
Automóveis	246 764 923	6,9	413 468 114	9,1	67,6
Soja em grão	298 412 833	8,3	388 748 258	8,6	30,3
Farelo de soja	254 034 980	7,1	322 972 954	7,1	27,1
Motores para veículos	269 941 186	7,5	249 554 267	5,5	-7,6
Cereais	123 513 883	3,4	235 114 725	5,2	90,4
Óleo de soja bruto	114 594 710	3,2	162 887 756	3,6	42,1
Madeira compensada ou contraplacada	167 244 236	4,7	144 459 341	3,2	-13,6
Papel	111 709 519	3,1	141 859 854	3,1	27,0
Açúcar bruto	23 304 178	0,7	96 487 188	2,1	314,0
Autopeças	82 993 160	2,3	88 298 166	1,9	6,4
Tratores	79 387 779	2,2	73 819 115	1,6	-7,0
Veículos de carga	46 562 469	1,3	70 731 605	1,6	51,9
Madeira serrada	79 670 047	2,2	69 919 434	1,5	-12,2
Café solúvel	61 980 205	1,7	69 350 804	1,5	11,9
Outros produtos	1 313 862 770	36,7	1 584 455 783	34,9	20,6
TOTAL	3 582 373 388	100,0	4 541 673 503	100,0	26,8

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A MAIO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-MAIO 2006		JANEIRO-MAIO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Óleos brutos de petróleo	385 308 957	19,4	431 269 645	14,3	11,9
Adubos e fertilizantes	74 683 270	3,8	298 251 196	9,9	299,4
Autopeças	184 374 554	9,3	257 752 692	8,6	39,8
Automóveis	55 819 323	2,8	177 366 007	5,9	217,8
Produtos químicos orgânicos	90 993 353	4,6	140 959 734	4,7	54,9
Motores para veículos	89 971 969	4,5	115 930 806	3,8	28,9
Plásticos e suas obras	67 680 141	3,4	95 510 941	3,2	41,1
Computadores e acessórios	32 754 378	1,7	73 352 377	2,4	123,9
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	57 607 858	2,9	68 266 121	2,3	18,5
Compressores e bombas	59 128 286	3,0	58 523 341	1,9	-1,0
Cereais	35 845 154	1,8	57 773 311	1,9	61,2
Óleos e combustíveis	24 271 113	1,2	47 454 348	1,6	95,5
Rolamentos e engrenagens	34 011 664	1,7	39 697 472	1,3	16,7
Geradores e transformadores, elétricos	22 764 359	1,1	29 310 450	1,0	28,8
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	17 770 186	0,9	27 428 190	0,9	54,3
Outros produtos	749 382 294	37,8	1 093 668 050	36,3	45,9
TOTAL	1 982 366 859	100,0	3 012 514 681	100,0	52,0

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2007

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006 ⁽¹⁾	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 450 579	2 820 127
Fevereiro	628 929	348 836	280 093	8 750 217	5 950 613	2 799 603
Março	857 017	562 085	294 932	11 366 397	7 732 025	3 634 371
Abril	784 114	371 940	412 174	9 803 478	6 731 688	3 071 789
Maio	699 260	302 104	397 156	10 274 815	7 280 810	2 994 005
Junho	721 879	323 658	398 220	11 434 687	7 370 655	4 064 032
Julho	1 120 130	642 524	477 606	13 621 551	7 990 400	5 631 150
Agosto	1 114 474	847 146	267 328	13 641 816	9 120 714	4 521 102
Setembro	854 701	451 842	402 859	12 547 906	8 118 937	4 428 969
Outubro	863 970	613 480	250 489	12 658 762	8 774 530	3 914 232
Novembro	817 786	632 830	184 956	11 865 698	8 673 177	3 192 521
Dezembro	931 856	484 154	447 702	12 233 668	7 219 749	5 013 919
2007 ⁽¹⁾	4 541 674	3 012 515	1 529 159	60 095 782	43 250 157	16 845 625
Janeiro	659 338	474 076	185 262	10 983 868	8 466 010	2 517 858
Fevereiro	761 248	539 414	221 834	10 129 505	7 216 854	2 912 651
Março	1 005 314	751 220	254 094	12 888 956	9 533 587	3 355 369
Abril	1 028 832	507 386	521 446	12 446 172	8 254 154	4 192 019
Maio	1 086 942	740 419	346 523	13 647 281	9 779 553	3 867 728

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2007

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Junho	-0,06
2000	6,23	Julho	0,12
2001	5,90	Agosto	-0,23
2002	12,02	Setembro	0,02
2003	6,46	Outubro	0,92
2004	10,40	Novembro	0,68
2005	4,05	Dezembro	0,30
2006	4,82	2007	2,10
Janeiro	1,21	Janeiro	0,16
Fevereiro	0,15	Fevereiro	0,24
Março	0,53	Março	0,61
Abril	0,76	Abril	0,51
Maio	0,30	Maio	0,56

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2007

PERÍODO	VARIÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
2006	3,14	3,79	3,83	4,29	5,04
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Maio	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	0,05	0,41	0,37	0,53	0,24
Setembro	0,21	0,24	0,29	0,28	0,11
Outubro	0,33	0,81	0,47	1,16	0,21
Novembro	0,31	0,57	0,75	0,75	0,23
Dezembro	0,48	0,26	0,32	0,11	0,36
2007	1,51	1,18	1,20	0,61	2,56
Janeiro	0,44	0,43	0,50	0,32	0,45
Fevereiro	0,44	0,23	0,27	0,19	0,21
Março	0,37	0,22	0,34	0,11	0,27
Abril	0,25	0,14	0,04	0,02	0,46
Maio	0,28	0,16	0,04	-0,04	1,15

FONTES: IBGE, FGV

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
2006	4 825 757	2 637 502	1,83	6 021 426	56 686	106,22	3 406 894	278 963	12,21	1 431 185	328 469	4,36
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34
Agosto	400 899	2 610 174	0,15	520 783	54 968	9,47	285 842	276 016	1,04	111 427	326 246	0,34
Setembro	396 383	2 618 166	0,15	505 983	55 274	9,15	273 776	276 700	0,99	113 815	326 789	0,35
Outubro	402 599	2 624 714	0,15	507 650	55 677	9,12	276 919	277 539	1,00	111 603	327 447	0,34
Novembro	424 608	2 631 833	0,16	521 583	56 268	9,27	297 881	278 330	1,07	119 962	327 780	0,37
Dezembro	414 980	2 637 502	0,16	490 063	56 686	8,65	302 247	278 963	1,08	122 875	328 469	0,37
2007												
Janeiro	442 919	2 644 799	0,17	443 091	56 973	7,78	307 101	279 356	1,10	130 369	328 967	0,40
Fevereiro	418 413	2 651 148	0,16	526 251	57 325	9,18	319 034	279 557	1,10	136 238	329 555	0,41
Março	418 469	2 655 889	0,16	502 165	57 583	8,72	322 547	279 942	1,15	135 601	330 086	0,41
Abril	435 110	2 660 491	0,16	524 576	58 057	9,04	336 068	280 786	1,20	132 617	330 880	0,40
Mai	422 852	2 665 712	0,16	515 276	58 173	8,86	300 165	281 588	1,07	126 826	331 464	0,38

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
2006	716 112	7 882	90,85	573 640	3 855	148,80	23 695	582	40,71	16 998 709	3 313 939	5,13
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Mai	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42
Agosto	59 738	7 513	7,95	46 158	3 766	12,26	1 971	584	3,38	1 426 818	3 279 267	0,44
Setembro	59 929	7 611	7,87	45 330	3 783	11,98	1 978	584	3,39	1 397 194	3 288 907	0,42
Outubro	59 897	7 645	7,87	44 591	3 798	11,74	2 015	585	3,44	1 405 274	3 297 405	0,43
Novembro	59 821	7 808	7,66	48 239	3 814	12,65	1 919	582	3,30	1 474 013	3 306 415	0,45
Dezembro	60 123	7 882	7,63	47 926	3 855	12,43	1 979	582	3,40	1 440 193	3 313 939	0,43
2007												
Janeiro	60 263	7 930	7,60	49 210	3 877	12,69	1 991	585	3,40	1 434 944	3 322 487	0,43
Fevereiro	60 378	7 965	7,58	48 849	3 884	12,58	2 031	585	3,47	1 511 194	3 330 019	0,45
Março	60 472	7 984	7,57	46 291	3 881	11,93	1 938	583	3,32	1 487 483	3 335 948	0,45
Abril	60 715	8 004	7,59	49 752	3 884	12,81	2 263	580	3,90	1 541 101	3 343 132	0,46
Mai	60 317	8 050	7,49	46 883	3 881	12,08	1 833	583	3,14	1 474 152	3 349 451	0,44

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 2000-2007

PERÍODO	VENDAS (m³)				
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP	Álcool Hidratado
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922	445 214
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977	430 828
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611	370 418
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226	377 078
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619	538 763
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119	516 442
2006	151 314	1 645 806	3 390 443	814 109	520 584
Janeiro	12 218	132 397	246 277	59 302	39 473
Fevereiro	11 709	131 399	271 674	57 334	39 442
Março	15 368	141 531	345 288	69 761	34 311
Abril	12 510	135 684	287 508	63 507	30 647
Mai	14 842	137 113	282 046	76 777	36 117
Junho	11 414	130 726	281 086	70 722	39 022
Julho	12 615	130 068	295 239	71 092	44 632
Agosto	12 049	140 253	307 627	73 351	45 096
Setembro	13 949	137 611	285 341	69 880	49 015
Outubro	12 875	138 167	291 125	68 434	49 152
Novembro	11 634	134 883	263 345	67 779	52 557
Dezembro	10 130	155 974	233 789	66 170	61 121
2007	24 848	258 181	508 239	123 301	83 210
Janeiro	12 092	133 729	237 177	63 292	43 997
Fevereiro	12 756	124 452	271 062	60 009	39 213

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2007

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	88,57	82,11	86,22	82,02	82,51
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	92,34	99,44	108,44	113,57	106,37
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	91,32	98,64	107,49	112,67	105,42
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	97,41	77,97	85,42	104,77	126,92
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	152,51	118,79	156,32	140,11	170,88
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	117,08	108,47	131,23	113,11	126,11
Livros, jornais, revistas e papeleria	100,00	86,81	86,80	83,57	103,09	106,77	98,47	79,07	77,74
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	179,19	215,71	249,79	206,76	240,19
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	116,31	113,60	133,43	157,15	151,30
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	101,31	98,04	110,11	111,96	114,30

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07
Combustíveis e lubrificantes	82,43	82,91	89,81	88,40	87,10	83,63	83,34	87,84	80,93	83,30	99,00	88,14
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	106,69	109,29	107,27	112,57	112,83	110,60	140,26	111,97	106,57	104,55	119,68	117,08
Hipermercados e supermercados	105,76	108,27	106,16	111,60	111,75	109,55	139,01	110,96	105,64	103,65	118,59	115,94
Tecidos, vestuário e calçados	98,38	101,73	101,76	96,66	93,76	101,24	195,19	95,29	98,63	78,44	93,03	111,04
Móveis e eletrodomésticos	147,91	148,51	159,10	155,57	159,43	158,54	241,41	156,94	180,81	132,56	160,12	154,28
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	127,82	119,70	129,42	124,38	125,37	122,04	150,20	119,66	117,98	110,54	130,75	119,37
Livros, jornais, revistas e papeleria	66,62	77,46	98,72	61,98	58,05	51,71	123,15	101,35	107,72	107,90	107,87	81,91
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	299,45	240,69	309,08	269,10	277,95	278,50	393,73	284,84	282,28	250,16	332,66	274,27
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	134,76	136,00	150,83	134,74	156,17	161,75	276,73	141,74	144,08	121,11	145,25	156,53
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	108,63	110,06	112,87	113,04	113,97	112,87	153,87	113,25	112,28	102,99	120,18	117,54

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2007

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	102,3
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	88,1
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	124,7
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	111,9
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	116,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	203,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	91,1
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	53,7
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	104,1
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	89,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	90,6
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	122,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	112,0
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	117,5
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	75,1

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾															
	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07
Indústria de transformação	97,6	115,3	107,4	122,6	118,9	115,4	128,2	119,9	127,2	123,7	113,6	115,4	105,6	106,1	128,4	121,6
Alimentos	81,2	104,8	103,9	125,5	127,1	130,9	137,1	118,8	125,2	104,4	100,0	103,7	88,1	90,9	114,6	121,1
Bebidas	118,1	124,1	109,4	100,6	96,8	95,7	125,9	109,6	135,7	150,7	162,6	115,5	115,8	108,9	121,1	116,3
Madeira	102,0	111,1	111,0	104,4	104,2	97,2	96,1	98,8	94,9	95,2	87,1	89,2	89,2	90,3	91,4	86,0
Celulose, papel e produtos de papel	105,9	120,8	114,6	117,3	97,3	118,0	119,3	115,8	116,9	119,2	116,1	114,6	115,0	107,8	118,1	117,5
Edição, impressão e reprodução de gravações	113,7	154,5	161,9	200,1	209,9	163,1	168,4	258,3	268,1	327,4	303,6	215,6	197,9	197,8	236,6	230,0
Refino de petróleo e álcool	87,0	83,0	88,0	106,6	104,3	111,5	109,1	98,0	101,6	95,5	91,9	85,0	86,9	69,5	93,2	90,5
Outros produtos químicos	66,8	53,4	47,2	47,3	52,5	66,6	118,2	121,8	128,6	77,0	59,5	73,1	58,0	79,4	83,6	71,5
Borracha e plástico	100,7	112,1	96,8	115,0	103,6	106,0	118,8	114,0	119,6	114,4	100,9	108,7	108,7	100,4	120,5	105,2
Minerais não metálicos	78,9	93,1	81,1	95,9	94,5	86,1	95,5	90,1	92,7	91,5	92,2	104,2	90,8	97,7	108,8	119,6
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	100,7	122,5	92,7	101,3	103,3	99,6	105,3	95,8	105,5	111,2	101,1	106,3	90,7	99,3	121,9	113,3
Máquinas e equipamentos	108,4	123,6	113,1	126,9	125,0	111,8	125,5	131,2	115,5	136,6	121,8	131,8	123,6	125,8	147,1	130,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	107,3	130,3	102,4	123,8	114,0	115,4	110,9	112,8	120,2	123,1	117,9	127,0	122,2	116,2	131,6	137,9
Veículos automotores	159,9	217,8	181,3	207,9	190,9	147,7	191,6	132,2	174,4	176,7	145,1	191,8	167,6	176,0	238,0	185,7
Mobiliário	68,7	85,4	74,7	89,6	76,7	81,7	101,5	94,4	105,9	123,2	102,4	88,1	81,9	84,5	92,6	93,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentaram produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2007

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	104,8	104,8	105,1	105,7	106,2	106,9
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1	75,6
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	105,3	105,2	105,5	106,1	106,5	107,3
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	147,0	148,2	147,4	147,4	147,9	149,6
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6	97,2
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1	99,8
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	131,5	133,3	132,2	131,0	131,1	132,6
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	90,2	92,0	95,4	97,2	95,4	97,7
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0	60,1
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	116,4	116,4	116,9	118,0	121,8	122,2
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8	256,5
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2	90,1
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2	88,6
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6	111,9
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8	73,4
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6	104,5
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7	124,5
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,8	95,6	94,8	94,3	95,0	93,8
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	112,3	112,0	111,2	112,4	112,4	112,5
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0	62,7

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	
Indústria geral	107,1	106,2	106,4	106,3	105,9	103,2	107,0	106,0	106,3	107,5	108,3	
Indústrias extrativas	75,8	76,0	75,7	75,8	77,3	75,9	76,8	76,6	77,2	76,9	76,6	
Indústria de transformação	107,5	106,6	106,8	106,7	106,3	103,5	107,4	106,4	106,7	107,9	108,7	
Alimentos e bebidas	149,1	146,7	148,9	149,9	150,3	150,3	156,7	155,9	157,8	158,1	155,0	
Fumo	87,1	85,4	87,1	88,0	83,6	79,2	308,2	110,7	301,0	409,6	411,3	
Têxtil	97,6	98,4	98,5	99,2	97,1	92,5	92,0	91,5	90,4	93,1	93,0	
Vestuário	133,9	130,9	129,1	131,3	130,7	120,6	126,4	122,1	125,6	127,4	130,4	
Calçados e couro	106,8	106,5	111,0	110,4	106,3	94,6	98,0	93,6	98,0	100,7	99,8	
Madeira	58,8	56,3	54,5	53,1	51,3	50,5	50,6	51,0	50,0	51,0	50,3	
Papel e gráfica	122,6	123,1	124,6	124,8	126,6	124,8	126,2	125,5	125,7	126,8	126,9	
Refino de petróleo e combustíveis	262,5	263,7	261,7	226,4	207,2	152,5	184,6	150,6	156,6	185,3	245,7	
Produtos químicos	91,4	93,4	97,1	96,8	95,9	95,0	106,2	106,0	105,6	106,5	106,8	
Borracha e plástico	93,1	92,0	92,5	92,3	91,9	90,7	94,4	93,5	94,0	94,8	95,1	
Minerais não-metálicos	111,3	113,9	114,3	114,3	115,1	115,0	129,1	131,5	129,3	127,2	128,3	
Metalurgia básica	72,1	70,6	69,6	68,2	69,6	69,1	65,6	65,3	65,8	65,9	65,5	
Produtos de metal ⁽¹⁾	102,7	101,2	97,9	98,8	99,2	95,4	93,4	94,5	92,9	93,4	92,7	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	124,4	125,3	126,2	125,6	126,6	125,4	123,5	124,0	120,6	121,0	128,4	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	94,1	93,9	94,8	94,1	94,9	94,9	95,1	89,4	95,2	97,6	98,3	
Fabricação de meios de transporte	112,2	112,1	112,1	112,0	112,9	112,1	135,0	133,7	133,4	135,7	137,3	
Fabricação de outros produtos	63,1	63,1	64,1	65,7	66,3	65,6	64,3	65,7	64,3	63,8	63,3	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2007

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Mai	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999
Agosto	1 896	609	1 677	3 446	-370	-	7 258
Setembro	3 162	856	3 007	3 483	-594	-	9 914
Outubro	2 864	536	3 823	4 145	-195	-	11 173
Novembro	-3 941	97	5 407	3 701	-2 284	-	2 980
Dezembro	-8 382	-1 834	-719	-5 349	-5 551	-	-21 835
2007	39 889	5 078	9 932	20 186	11 664	-	86 749
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Mai	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2004-2007

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾	PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2004		Setembro	7,0
Janeiro	7,1	Outubro	6,5
Fevereiro	7,5	Novembro	5,1
Março	8,9	Dezembro	5,5
Abril	8,2	2006	
Maio	8,4	Janeiro	7,2
Junho	8,7	Fevereiro	7,9
Julho	8,9	Março	8,2
Agosto	8,2	Abril	8,7
Setembro	7,9	Maio	7,6
Outubro	8,4	Junho	6,8
Novembro	8,0	Julho	6,7
Dezembro	7,2	Agosto	6,4
2005		Setembro	6,4
Janeiro	7,7	Outubro	5,7
Fevereiro	8,7	Novembro	5,9
Março	8,5	Dezembro	5,6
Abril	8,2	2007	
Maio	8,1	Janeiro	5,6
Junho	7,9	Fevereiro	6,6
Julho	7,6	Março	7,1
Agosto	7,6	Abril	6,4

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2006

ANO	PARANÁ		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	705 641	4,22
1996	47 720	7,24	843 966	2,15
1997	52 849	0,89	939 147	3,38
1998	56 798	5,30	979 276	0,04
1999	61 724	2,32	1 064 000	0,25
2000	65 969	5,06	1 179 482	4,31
2001	72 770	4,59	1 302 136	1,31
2002	81 449	1,70	1 477 822	2,66
2003	99 000	5,20	1 699 948	1,15
2004	108 699	3,2	1 941 498	5,71
2005 ⁽³⁾	...	0,3	2 147 944	2,94
2006 ⁽³⁾	...	1,4	2 322 818	3,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série do Sistema de Contas Nacionais. Em razão das mudanças no cálculo do PIB do Brasil, há restrições na mensuração das participações dos estados na renda nacional, até a revisão do PIB das unidades da federação.

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa, no caso do Paraná.

Nº 108 - janeiro/junho 2005

Desenvolvimento Regional e Inovação Empresarial: o impacto do desenvolvimento local nas determinantes de inovação das pequenas empresas

Maria Teresa de Noronha Vaz

Políticas de Preços Agrícolas e Estoques de Alimentos: origens, situação atual e perspectivas

Guilherme Costa Delgado e Júnia da Conceição

São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: reflexos socioespaciais

Lilian Pérsia de Oliveira Tavares

A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação

Ana Lúcia Rodrigues

A Região de Salto Caxias no Sudoeste Paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional

Jandir Ferrera de Lima, Lucir Reinaldo Alves, Cezar Karpinski, Carlos Alberto Piacenti e Moacir Piffer

Estudo do Arranjo Produtivo Local Madeireiro do Vale do Iguaçu (PR/SC): capacitação tecnológica e política de desenvolvimento

Rogério Antonio Enderle, Sílvio Antônio Ferraz Cário e José Antônio Nicolau

Nº 109 - julho/dezembro 2005

A Construção Civil como Instrumento do Desenvolvimento da Economia Brasileira

Luciene Pires Teixeira e Fátima Marília A. de Carvalho

Aspectos Contratuais e Performance do Seguro de Custeio Agrícola

Vitor Augusto Ozaki

Para Pensar a Socioeconomia das Organizações: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno

Carlos Alberto Cioce Sampaio, Ivan Sidney Dallabrida e Valdirinho Pellin

Regionalização em Saúde e Procedimentos Hospitalares: uma abordagem metodológica

Carmem Regina Ribeiro, Maria Luiza M. S. Marques Dias, Sérgio Aparecido Ignácio e Arion César Foerster

A Cidade e as Regiões Urbanizadas: aspectos da legislação brasileira e gestão regional

Maria Luiza Malucelli Araújo

Duração do Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba

Sachiko Araki Lira e Armando Vaz Sampaio

Notas de Pesquisa

Arranjos Produtivos Locais no Paraná

Gracia Maria Viecelli Besen e Paulo Roberto Delgado

Resenha

City Making and Urban Governance in the Americas. Curitiba and Portland. *Clara Irazábal*

Rosa Moura

Nº 110 - janeiro/junho 2006

Setores Alimentares e Relações Produtivas no Sistema Inter-Regional Paraná - Restante do Brasil

Rossana Lott Rodrigues, Antonio Carlos Moretto, Umberto Antonio Sesso Filho e Ricardo Kureski

O Corredor da Moda do Norte-Noroeste do Paraná à Luz dos Arranjos Produtivos Locais

Marcia Regina Gabardo da Camara, Luiz Gustavo Antonio de Souza e Maria Aparecida de Oliveira

Aprendizagem Coletiva e Avanços Tecnológicos e Ambientais na Agricultura Paranaense

Amalia Maria Goldberg Godoy

As Vilas Rurais na Região Oeste do Estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes

Jovir Vicentini Esser, Yonissa Marmitt Wadi, Jefferson Andronio Ramundo Staduto e Marcelino de Souza

Sistemas de Engenharia e Fluidez do Capital: os impactos econômicos e sociais locais engendrados pela rodovia PRT-163

Cleverson Alexander Reolon, Valmir de Souza e Pery Francisco Assis Shikida

Ponto de Vista

La Próxima Revolución Industrial Comienza por lo Suntuario

Guillermo Foladori e Noela Invernizzi

Notas de Pesquisa

Identificação de Gargalos Tecnológicos da Agricultura Familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública

Lenita Maria Marques, Marisa Sugamoto e Paulo Wavruk

Resenha

Política de Desenvolvimento Regional e Inovação: Lições da Experiência Européia. Antônio Carlos Filgueira Galvão

Sandra Teresinha da Silva